



Relatório-Completo



Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SAS)

Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público (COAPP)

Sumário

I.	O evento e seus objetivos.....	3
II.	A programação do Seminário	4
III.	A dinâmica dos trabalhos e seus resultados	5
	Abertura	5
	Parte 1: Visão geral do Programa por parte dos Estados	6
	Parte 2: As metas de cooperação federativa	17
	O olhar dos estados sobre as metas de cooperação federativa.....	17
	O olhar dos técnicos da ANA sobre as metas de cooperação federativa.....	25
	Parte 3: As metas estaduais.....	28
	O olhar dos órgãos gestores sobre as metas estaduais.....	28
	O olhar dos conselheiros sobre as metas estaduais.....	34
	Parte 4: Contribuições dos estados considerando a continuidade do Programa.....	36
IV.	Público presente	399
V.	Avaliação do evento pelos participantes	39
VI.	Anexo	42
	Lista de presença	42

I. O evento e seus objetivos

Nos dias 17 e 18 de novembro de 2015 foi realizado, em Brasília/DF, o I Seminário de Avaliação do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO) envolvendo representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), dos órgãos gestores e dos conselhos estaduais de recursos hídricos de nove unidades da federação (Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Sergipe) – os primeiros a aderirem ao Programa.

Como nestes nove estados prevê-se o encerramento do Progestão em dezembro de 2016, foi planejado este evento para possibilitar uma leitura mais apurada do Programa, com vistas a tecer análises para o seu aperfeiçoamento, dada uma possível renovação dos atuais contratos. No primeiro dia do Seminário estiveram presentes 56 pessoas e no segundo dia foram registrados 46 participantes¹.

Os objetivos deste Seminário avaliativo foram:

- Ampliar o processo de escuta envolvendo diversos atores que atuam na implementação do Programa;
- Abrir espaço para que os estados envolvidos apresentem sua avaliação geral do Progestão;
- Registrar os avanços já alcançados e discutir os principais desafios a serem superados; e
- Coletar sugestões de aperfeiçoamento do Programa na perspectiva do fortalecimento do estado na gestão dos recursos hídricos.

Vale destacar que a proposta de avaliação do Progestão envolve um processo com várias atividades, assim sintetizadas:

- Realização de três Seminários de Avaliação do Progestão para a apresentação da visão dos estados sobre a implementação do Programa;
- Reuniões com as Unidades Organizacionais da ANA (UORGs) em 2016 para discussão das metas de cooperação federativa;
- Aplicação de Pesquisa Delphi para avaliação das metas de gerenciamento estadual com diversos atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH);
- Avaliação do Programa por meio de parceria entre a ANA e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Reuniões periódicas com um Grupo de Trabalho (GT) interno da ANA; e
- Apresentação final dos resultados consolidados a todos os envolvidos.

Assim, considerando sua possível continuidade, pretende-se que o aperfeiçoamento do Programa seja consolidado de forma coletiva, sendo a realização dos Seminários um dos subsídios neste processo.

O presente Relatório sintetiza as principais informações apresentadas e dialogadas, buscando registrar uma memória dos principais aspectos debatidos no evento.

¹A lista de presença encontra-se no Anexo.

II. A programação do Seminário

O seminário ocorreu no Hotel Cullinan, em Brasília/DF, seguindo a programação abaixo.

Dia 17.11.15 – Terça-feira

08:00 - 08:30	Inscrição e recepção dos participantes	
08:30 - 09:00	Abertura do Seminário	Diretor da Área de Gestão e Superintendente da SAS
09:00 - 09:30	Apresentação dos participantes, da pauta e da metodologia do Seminário	Moderador
	Panorama do Progestão nos 9 estados do ciclo 2013-2016	COAPP / SAS
09:30 - 10:20	Visão geral do Programa: Alagoas, Goiás, Mato Grosso (15 min cada)	
10:20 - 10:40	<i>Coffee Break</i>	
10:40 - 12:30	Visão geral do Programa: Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Sergipe (15 min cada)	
12:30 - 14:00	<i>Almoço</i>	
14:00 - 16:40	Principais desafios observados e formas previstas de superação considerando as Metas de Cooperação Federativa: Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Sergipe (15 min cada)	
16:40 - 17:00	<i>Coffee Break</i>	
17:00 - 19:00	Diálogo sobre as Metas de Cooperação Federativa com participação das UORGs da ANA responsáveis pela certificação (<i>iniciar com a fala de 5 min de cada UORG</i>)	

Dia 18.11.15 – Quarta-feira

08:00 - 08:30	Resgate dos principais aspectos apontados no dia anterior	COAPP / Moderador
08:30 - 10:10	Principais desafios observados e formas de superação, bem como avanços alcançados nas Metas Estaduais:	Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Paraná e Piauí (15 min)
10:10 - 10:30	<i>Coffee Break</i>	
10:30 - 11:30	Principais desafios observados e formas de superação, bem como avanços alcançados nas Metas Estaduais:	Rio de Janeiro, Rondônia e Sergipe (15 min cada)
11:30 - 13:00	Visão dos representantes dos Conselhos Estaduais (10 min para cada CERH)	
13:00 - 14:00	<i>Almoço</i>	
14:00 - 16:15	Contribuições dos estados para a continuidade do Programa (<i>diálogo orientado</i>)	Moderador
16:15 - 16:30	<i>Coffee Break e Encerramento</i>	

Além da abertura e apresentação do panorama do Progestão, a programação contemplou quatro etapas distintas, que se basearam nas questões norteadoras distribuídas previamente aos estados (Roteiros 1 a 4).

A primeira trouxe a visão geral do Programa por parte dos estados contemplando: (i) os procedimentos administrativos para a certificação das metas; (ii) a estrutura dos estados (quadro de pessoal e recursos físicos); (iii) os recursos financeiros destinados; (iv) o envolvimento dos membros dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERHs); e (v) opiniões gerais sobre o Programa.

A segunda parte focou nos principais desafios e formas de superação considerando o atendimento das metas de cooperação federativa. Nesta etapa, além da apresentação dos estados, houve um relato por parte dos representantes da ANA responsáveis pela certificação das metas de cooperação federativa

abordando os avanços e alguns aspectos que podem ser aperfeiçoados para análise e avaliação destas metas.

Já a terceira parte priorizou a discussão dos desafios e as formas de superação desenvolvidas para o alcance das metas de âmbito estadual, incluindo neste diálogo os representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, tendo em vista que esta instância é a responsável pela avaliação e certificação destas metas.

A última etapa buscou resgatar, ampliar e aprofundar as contribuições dos estados para o aperfeiçoamento do programa com vistas a sua possível continuidade. Além disso, buscou-se hierarquizar tais propostas a partir dos olhares dos representantes estaduais presentes.

Para maior efetividade dos diálogos, foi encaminhado previamente aos estados, um roteiro (em formato compatível com *power point*) com questões relacionadas a cada uma das etapas acima descritas e consideradas essenciais para avaliação do Programa. As principais informações identificadas em cada uma das etapas da programação encontram-se descritas no tópico seguinte.

III. A dinâmica dos trabalhos e seus resultados

Abertura

A abertura do evento contou com a participação dos seguintes representantes da ANA: Paulo Lopes Varella Neto (Diretor), Humberto Cardoso Gonçalves (Superintendente de Apoio ao SINGREH – SAS), Carlos Motta Nunes (Superintendente Adjunto de Apoio ao SINGREH) e Ludmila Alves Rodrigues (Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público – COAPP).



Cenas da abertura do Seminário

Abrindo o evento, o Diretor Paulo Varella fez uma breve contextualização sobre a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos de forma desigual no território nacional. Neste sentido, menciona que foi desenvolvido o Pacto Nacional pela Gestão das Águas, que tem por objetivo a construção de compromissos entre os entes federados com vistas à superação de desafios comuns e à promoção do uso múltiplo e sustentável dos recursos hídricos. Abordou também alguns aspectos do programa, como a sua característica em focar ações/metaspesíficas, pactuadas com os estados e com os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERHs) – contrato por resultado –, sendo o alcance destas metas o elemento central para a prestação de contas junto à ANA. Enfatizou a importância dos CERHs no acompanhamento da execução das ações visando, dentre outros, a certificação anual do programa por parte dos estados.

Humberto Gonçalves agradeceu a presença dos participantes e reforçou os dizeres do Diretor da ANA no que tange à natureza do Progestão e seus aspectos operacionais. O Superintendente da SAS destacou

ainda os objetivos do Seminário e a necessidade de se ampliar os processos de escuta e avaliação para o aperfeiçoamento do programa.

Na sequência, Ludmila Rodrigues fez uma contextualização do programa envolvendo seus objetivos, a base legal que o sustenta, as metas estabelecidas, as formas de acompanhamento, sua situação atual, os desembolsos realizados, bem como as estratégias previstas para sua avaliação tendo em vista uma possível continuidade do mesmo. Por fim, também ressaltou os objetivos do Seminário.

Desta forma, buscou-se nivelar as informações entre os participantes em torno do programa e do Seminário de avaliação.

Parte 1: Visão geral do Programa por parte dos Estados

Para iniciar os trabalhos do Seminário buscou-se retratar as narrativas dos representantes dos estados, em resposta aos cinco temas norteadores com 10 questões previamente enviadas, cuja síntese apresentamos a seguir.



Cenas de apresentações de alguns estados na primeira etapa

Procedimentos administrativos para a certificação das metas

Questão 1: *Em sua opinião, a realização das oficinas de planejamento e acompanhamento coordenadas pela ANA auxilia no cumprimento de metas pelo estado? Alguma sugestão para aperfeiçoar este procedimento?*

- AL Sim. A troca de experiências, não só com a ANA, mas também com outros Estados, enriquece o conhecimento das equipes.
- Não. Entendemos que essa própria experiência, dentro dos critérios aplicados pela ANA, atende às necessidades do Estado.

GO	As oficinas facilitam e auxiliam no cumprimento das metas. O acompanhamento e apoio dos técnicos foram fundamentais para o atingimento das metas. Possibilidade de mais reuniões para acompanhamento da execução das metas.
MT	Sim, funciona como um diagnóstico para verificar o andamento das metas pelo Estado, identificando os pontos que necessitam de maior atenção. Promove uma discussão de como será a ação a ser realizada pelo Estado visando cumprir as metas. Há uma identificação de responsáveis e atribuições que leva à colaboração da equipe e não causa sobrecarga a ninguém. Não há sugestão para aperfeiçoamento.
PB	É fundamental o acompanhamento conjunto da realização das metas pela ANA e AESA, por meio de reuniões e video conferências para o ajuste da realização das metas, que antecede ao período de certificação.
PI	Sim, com certeza. Na verdade, em um Estado como o nosso, onde não formamos profissionais na área, as oficinas e cursos de capacitação oferecidos pela ANA são de suma importância.
PR	Sim.
RJ	Sim. Aumentar a frequência das oficinas.
RO	Quando realizadas, no caso de Rondônia, no ambiente de trabalho dos técnicos (na Sedam), possibilita elucidar dúvidas e resulta em integração e segurança para a equipe, além de identificar possíveis fragilidades que são sanadas com planejamentos específicos. Quando realizado junto aos demais Estados há trocas de experiências, de forma a influenciar positivamente, haja vista que existem problemas comuns entre os mesmos.
SE	Sim. Articulações para que seja viabilizada a participação nas oficinas de planejamento do Secretário da pasta e da Assessoria de Planejamento da Secretaria.

De modo geral, os estados reconhecem a importância desse procedimento para o alcance das metas. Dentre outros, apontam que as oficinas de acompanhamento do programa ampliam a troca de experiência e possibilitam a articulação entre as equipes de trabalho, além de gerar conhecimentos que são aplicados no atendimento das metas.

A representante do estado de Mato Grosso esclareceu que, apesar das oficinas nortear as ações que devem ser realizadas, minimizando de certa forma a sobrecarga de trabalho, a pequena equipe disponível no estado dificulta a operacionalização do Progestão, principalmente considerando os demais desafios decorrentes do gerenciamento de recursos hídricos estadual.

A representante do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), do Rio de Janeiro, relatou que as oficinas se configuram em espaços para sanar dúvidas relacionadas a alguns conceitos repassados nos Informes ou mesmo referentes ao cumprimento de metas.

O Superintendente de Recursos Hídricos de Sergipe relatou que as oficinas são extremamente pertinentes e proveitosas e há um esforço grande por parte da Superintendência para envolver representantes do CERH, dos três comitês de bacia existentes no estado e de toda a estrutura da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), embora a participação não corresponda. Isso acaba por comprometer o necessário nivelamento sobre os pressupostos e as características do Progestão, acarretando dificuldades de ordem operacional, como por exemplo, relativos ao empenho dos recursos financeiros em forma de investimentos. Acredita que há uma cultura na gestão pública de que os programas devem ficar restritos às suas áreas temáticas.

Sugestões apresentadas: (i) aumentar a frequência das oficinas para auxiliar a preparação dos relatórios a serem gerados; (ii) articular a participação do gabinete da pasta do Secretário envolvido de forma a nivelar os elementos centrais do programa e minimizar os principais entraves burocráticos, dentre outras questões de ordem processual.

Questão 2: E quanto aos procedimentos administrativos adotados para a certificação das metas (Informes Progestão, e-mails, reuniões)? São suficientes e adequados? Alguma sugestão?

AL	Sim. De uma maneira geral, os procedimentos adotados pela ANA são satisfatórios, à exceção do sistema de monitoramento da qualidade de transmissão dos dados hidrometeorológicos (Gestor PCD), por ter apresentado algumas falhas de acompanhamento, atrapalhando o real cumprimento da meta. O Informe referente à Meta de Águas Subterrâneas foi enviado, mas o Estado não pode iniciar os trabalhos para cumprimento da Meta. Adequação do citado acima.
----	--

GO	Algumas dificuldades de entendimento quanto às metas propostas. Falta de discussão e articulação com os Estados para definição das Metas, tornando algumas delas inatingíveis pelo Estado, independente do esforço realizado.
MT	Os Informes Progestão têm muitas vezes uma redação confusa, levando à necessidade de esclarecer com a ANA o que realmente o Estado deve fazer em cada meta. Ocorreram mudanças nas certificações das metas que levaram a um retrabalho pela equipe responsável (ex. inclusão de campos na planilha do CNARH em 2014; envio de ofício para os empreendimentos sobre Segurança de Barragens).
PB	Realização de reuniões com os técnicos (ANA/Órgão Gestor) utilizando também os recursos de vídeo conferência. É importante ter regras gerais de procedimentos para a certificação, porém há necessidade de se observar as particularidades de cada Estado.
PI	Sim, pois mostra o interesse da Agência em saber como o órgão gestor está progredindo nas metas e também das dificuldades encontradas. Além disso, o tipo de comunicação estabelecido ajuda a “lembrar” das metas a serem cumpridas.
PR	Suficientes e adequados.
RJ	Não, são suficientes. Aplicabilidade imediata e conceitos abertos. Os procedimentos administrativos para a certificação deveriam ser aplicáveis apenas ao ano seguinte de sua expedição.
RO	As informações apresentadas nos Informes são esclarecedoras, caso ainda permaneçam dúvidas, as mesmas geralmente foram sanadas via e-mails, ou ligações telefônicas ou reuniões. Os procedimentos adotados foram suficientes, pois são tratados no momento adequado para a resolução do problema específico.
SE	Sim.

Os procedimentos administrativos são considerados necessários, entretanto, opinam que devem ser aprimorados. O representante de Alagoas ressaltou o esforço da equipe da ANA no auxílio para solucionar determinados problemas que surgem durante os processos desencadeados, como na transmissão de dados hidrometeorológicos.

O representante de Goiás narrou a dificuldade no alcance de determinadas metas, citando a existência de cerca de 37 mil cadastros de usuários a serem inseridos no CNARH – o que se configura uma tarefa de difícil alcance, tendo em vista o pequeno quadro de pessoal à frente da gestão de recursos hídricos no estado.

A representante de Mato Grosso pontuou que a inclusão de novos itens na planilha do CNARH (entre 2014 e 2015) acarretou novo trabalho para a equipe, já reduzida, ressaltando ainda a falta de clareza sobre a data limite para o lançamento dos dados no CNARH, fato que levou a uma avaliação menor que a esperada (faltou inserir somente 49 formulários), acarretando em certo desânimo por parte da equipe técnica.

A representante do Rio de Janeiro sugeriu a divulgação dos Informes no ano anterior à aferição do alcance das metas para uma maior preparação e planejamento das equipes técnicas dos estados, minimizando riscos de erros e de não alcance das metas. Outro aspecto destacado para a melhoria do programa foi a necessidade de melhor conceituar determinados temas utilizados nos Informes ou mesmo na descrição das metas. A fim de exemplificar, mencionou o termo “sustentabilidade financeira” como algo passível de dúvidas devido a seu caráter bastante abrangente.

O representante de Sergipe ressaltou que a comunicação e as relações interpessoais em torno do programa se configuraram em características muito positivas.

Sugestões apresentadas: (i) maior clareza na redação e mais agilidade na divulgação dos Informes; (ii) agilidade no repasse de informações necessárias ao cumprimento de metas (por ex. a alimentação do CNARH com dados de águas subterrâneas); (iii) evitar mudanças na certificação das metas que ocasionem novo trabalho para as equipes.

Estrutura dos estados (quadro de pessoal e recursos físicos)

Questão 3: *O quadro de pessoal no seu estado é adequado para fazer frente aos desafios colocados para a consecução das metas do Programa? Há previsão de alguma alteração nesta situação?*

AL	Não é adequado para a consecução das metas, nem para a adequada gestão dos recursos hídricos. Não há previsão de alteração imediata, a menos de uma tentativa de criação de um órgão executor, que está em avaliação (Agência Alagoana de Águas).
GO	Dificuldades para o cumprimento e atingimento das metas. O quadro não é suficiente para fazer frente aos desafios da gestão das águas no Estado, conseqüentemente também

	<p>não é suficiente para as metas do Progestão.</p> <p>Problemas de articulação com entidades e participantes do Sistema. Ex. Sala de Situação instalada em outra entidade; dificuldade de acesso; disponibilização de dados; e atingimento das metas do Progestão.</p> <p>Estamos em articulação e apresentação de planejamento e projetos visando à melhoria dos quadros, mas não há previsão de mudança da situação.</p>
MT	<p>O quadro de pessoal é insuficiente, atualmente, para cumprir as metas federativas. Os técnicos estão tendo que atuar em diversas metas concomitantemente.</p> <p>Não há previsão de aumento do quadro (problemática futura: Segurança de Barragem).</p>
PB	<p>Há uma insuficiência no quadro, mas está em andamento na casa civil do estado um projeto de lei sugerido pela AESA que indica as necessidades do órgão para a realização de concurso público.</p>
PI	<p>Não. Hoje, temos apenas 7 técnicos cuidando da gestão de recursos hídricos, que se dividem para executar todas as competências relacionadas à gestão.</p> <p>Está sendo feito um contrato com uma fundação para contratação de técnicos de modo a aumentar o quadro de funcionários e ajudar nas atividades.</p>
PR	<p>Quadro de pessoal inadequado. Sem concurso público há 27 anos.</p> <p>Sem previsão de contratação.</p>
RJ	<p>Quadro de pessoal bom, mas longe de ser o ideal, frente às atribuições dos órgãos gestores e a variedade de temas contidos no Progestão.</p> <p>Temos um concurso dentro da validade e estamos na expectativa de chamar mais pessoal.</p>
RO	<p>O quadro de pessoal técnico ainda é inadequado, pois faltam ou estão em quantidades que não atendem as demandas das ações específicas de algumas metas: 1.2 – Gestão de Processos; 1.5 - Comitês de Bacias e Organismos Colegiados; 2.1 - Balanço Hídrico; 2.6 - Estudos Especiais de Gestão; 2.7 - Modelos e Sistemas de Suporte a Decisão; 3.5 - Sistema de informações sobre recursos hídricos; 4.1 - Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos; 4.2 - Fiscalização de Recursos Hídricos; 4.4 - Sustentabilidade Financeira; 4.6 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos.</p>
SE	<p>Não.</p> <p>Não.</p>

O representante de Alagoas narrou que a implantação do Progestão envolve uma equipe contratada, composta por seis técnicos: um geólogo (coordenador que também auxilia nas tarefas relacionadas às águas subterrâneas), dois engenheiros civis (responsáveis pelo CNARH e pela meta relacionada à segurança de barragem), um meteorologista e um analista de sistema (responsáveis pela sala de alerta), e um técnico de nível médio (que auxilia no lançamento de dados do CNARH). A meta referente ao relatório Conjuntura envolve a Diretoria de Gestão da SEMARH, enquanto o Diretor de Operações recebe o suporte dos técnicos citados no que se refere à sala de alerta. Narrou ainda que devido à debilidade do quadro de pessoal do estado, a supracitada equipe contratada auxilia em determinadas tarefas na Superintendência como na análise das outorgas de uso das águas subterrâneas. Destacou que a alternância de secretários à frente da pasta (em 15 anos foram 12 secretários) impacta os trabalhos referentes à gestão de recursos hídricos, haja vista que a cada troca há mudanças no quadro de gestores, fato que impacta a continuidade de programas e ações. Relatou ainda que houve o encaminhamento de uma proposta à Assembleia Legislativa para a criação de uma companhia estadual de gestão dos recursos hídricos, aos moldes da existente no Ceará, entretanto, a proposta não foi aprovada.

Segundo o representante de Goiás, a estrutura responsável pela gestão de recursos hídricos no estado (Superintendência de Recursos Hídricos) conta com 26 servidores, sendo que destes, 19 atuam nos procedimentos de outorga pelo uso da água. Apontou ainda que o alcance de determinadas metas é impactado pela ausência de procedimentos ou entendimentos envolvendo outros setores, citando como exemplo a sala de situação que se encontra vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, Agricultura, Pecuária e Irrigação, responsável por toda a rede de monitoramento do estado. Desta forma, destaca a necessidade de se realizar gestões entre secretarias para estabelecer prioridades e responsabilidades, permitindo o alcance da meta referente à sala de situação no âmbito do Progestão. A falta de autonomia do órgão gestor para lidar com este tema dificulta o alcance da meta estipulada.

Já a representante de Mato Grosso relatou que no estado há 35 técnicos atuando na Superintendência de Recursos Hídricos mas, destes, 26 trabalham exclusivamente na análise de pedidos de outorga pelo uso da água. Para o acompanhamento do Progestão há quatro técnicos, sendo que dois atuam exclusivamente com a meta relacionada à segurança de barragens. Estes técnicos também se responsabilizam por outros afazeres na Superintendência, como a secretaria executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Destacou a preocupação com a meta relacionada à

segurança de barragens, haja vista que nos quadros da Superintendência não há especialistas no tema e, devido a uma decisão do Ministério Público, está vedada a contratação de técnicos para atuarem em instâncias do poder público estadual.

Por sua vez, a representante da Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (AESPA) mencionou apresentar condições mais favoráveis, tendo em vista que há uma gerência na AESPA para cada uma das cinco metas de cooperação federativa do Progestão. Além disso, há a expectativa da aprovação de um concurso público para a Agência poder contar com um quadro efetivo de técnicos.

O representante do Instituto das Águas do Paraná disse que há a possibilidade do estado lançar concurso destinado ao Instituto no segundo semestre de 2016. Ressaltou a urgência deste procedimento, tendo em vista que há 27 anos não há concurso para a área de gestão de recursos hídricos no estado.

No órgão gestor do Piauí há sete técnicos que se responsabilizam pela gestão das águas no estado. Não há previsão de concurso, mas espera-se a contratação de mais quatro técnicos com recursos do Progestão.

Segundo a representante do INEA, o Instituto possui diversas atribuições e seu quadro de pessoal totaliza por volta de 1.500 funcionários. Destes, 200 estão lotados na Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental, responsável pela temática dos recursos hídricos no estado. Apesar deste montante de técnicos indicar certa tranquilidade em comparação com os demais estados presentes no seminário, foi dito que no Rio de Janeiro há grande complexidade para a gestão das águas e a prática indica que há carência de técnicos para a área.

O representante da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (SEDAM) pontuou que na estrutura da Secretaria há uma Coordenação de Recursos Hídricos onde atuam 11 técnicos, sendo quatro efetivos e sete comissionados. Há a perspectiva de receberem mais três técnicos efetivos (químico, biólogo e geógrafo), pois recentemente houve a homologação de um concurso realizado em 2014.

O quadro de profissionais da Superintendência de Recursos Hídricos de Sergipe é composto por pessoal cedido, comissionados e estagiários que, com alguma exceção, atuam juntos desde 1998. Uma característica extremamente pertinente colocada em prática no estado, somada à característica de uma mesma equipe atuar conjuntamente por tantos anos, refere-se a sua capacidade interna de articulação, algo que facilita a integração, envolvendo técnicos de várias áreas temáticas dentro da estrutura da gestão pública estadual. Desta forma, os desafios vão sendo superados e conquistas alcançadas, como o estabelecimento de acordo de empréstimo com o Banco Mundial no montante de US\$115 milhões num horizonte de cinco anos (o chamado Programa Águas de Sergipe), o acordo envolvendo o Programa Água Doce, o Progestão, os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, dentre outros. Assim, percebe-se que o problema na Superintendência não é de ordem financeira e de qualificação dos profissionais ali presentes, mas sim relacionada ao número de pessoas para operacionalizar tais programas e superar os desafios inerentes à gestão de recursos hídricos no estado.

Conclusão: Foi unânime a leitura por parte dos representantes estaduais de que o quadro de pessoal é insuficiente frente às demandas para implantação de um sistema de gerenciamento de recursos hídricos eficiente, eficaz e com efetividade. Há estados que não possuem quadros concursados para atuarem nas estruturas formais destinados aos processos de gerenciamento das águas, contando somente com profissionais/técnicos cedidos de outros órgãos, pessoal contratado ou estagiários, por exemplo. Outros, há anos aguardam a aprovação de concursos públicos pelas instâncias decisórias. Enfim, a debilidade de quadros concursados nas estruturas responsáveis pela gestão de recursos hídricos se configura como um grande "gargalo" e acarreta o enfraquecimento dos órgãos gestores com sérias consequências para o gerenciamento estadual dos recursos hídricos.

Questão 4: E quanto à estrutura física para funcionamento da entidade estadual? É considerada adequada? Alguma previsão ou planejamento para sua melhoria?

-
- AL** A estrutura é considerada regular. Entretanto, alguns setores carecem de melhorias, a exemplo de aumento de espaço físico. Há previsão de ampliação da estrutura física da SEMARH, buscando atender algumas demandas, a exemplo da construção de uma nova Sala de Alerta, com uma sala de reuniões e videoconferência.
- GO** A estrutura da área tem condição de atender às demandas, e existe proposta de melhoria para atender às necessidades do sistema de gestão e seus instrumentos.
- MT** Não atende às necessidades, pois não há padronização das estações de trabalho, estrutura de lógica de elétrica precária, e equipamentos obsoletos. Mas está prevista uma melhoria na mesma com a utilização do recurso do Progestão, com alteração do layout e compra de móveis, já em fase de licitação (caso dos computadores).
- PB** A estrutura hoje não é adequada. Solicitamos à Secretaria de Administração um prédio que está sem uso, patrimônio do Estado e que pode, com uma boa reforma, abrigar as estruturas do órgão gestor.
-

PI	A estrutura está aquém do que seria considerada adequada. Entretanto, foi feito um projeto de reforma para melhorar as instalações. No momento, estamos em fase de pesquisa de preço para fazer a licitação.
PR	Inadequada. Há previsão de algumas reformas físicas para 2016.
RJ	Sim, o INEA conta com boas instalações, no entanto algumas de nossas unidades descentralizadas estão em más condições físicas ou são pequenas para suportar o tamanho das equipes.
RO	A estrutura física para o funcionamento da gestão de recursos hídricos não está concentrada em um só local. Ainda é um entrave que está sendo resolvido, não se concretizou devido a encaminhamentos burocráticos.
SE	Não. No aguardo da aquisição de equipamentos e mobiliário com recursos do Progestão.

O representante de Alagoas comentou que parcela dos recursos do Progestão será destinada para a compra de computadores e para o aperfeiçoamento da sala de alerta, a fim de garantir o repasse de informações fidedignas e em tempo real sobre as condições meteorológicas, especialmente relacionadas às chuvas. Citou ainda a importância do recebimento dos aparelhos de videoconferências utilizados, dentre outros, para as reuniões do CERH.

A representante de Mato Grosso relatou dificuldades inerentes à estrutura pública estadual, como o desdobramento de processos licitatórios restritos a uma área apenas que atende um grande número de instituições. No início do ano elaboraram um Termo de Referência para a melhoria do layout da Superintendência, entretanto, neste ano não ocorreu os procedimentos necessários para a contratação. De certa forma, estas dificuldades impactam no empenho dos recursos do programa.

Na Paraíba, a AESA está ocupando um espaço provisório, tendo em vista que o prédio que alojava a Agência foi interditado. Este prédio trazia conforto e era considerado satisfatório.

A estrutura física no estado do Piauí se encontra em estado precário, com defeitos na rede hidráulica e elétrica. Houve caso recente de defeitos na rede de internet que duraram duas semanas, impactando sobremaneira o trabalho da equipe local. Há um plano de reforma em curso, na fase de projeto e tomada de preço.

A estrutura física em Rondônia se encontra em estado precário, mas há um projeto de melhoria, orçamento definido e uma licitação para as devidas adequações.

No estado de Sergipe, a estrutura física se encontra em situação precária, com mobiliários depreciados e equipamentos obsoletos. Um entrave diz respeito às questões burocráticas para utilização dos recursos do Progestão.

Conclusão: A maioria dos participantes relatou que a estrutura física está aquém das necessidades para o desenvolvimento dos trabalhos de forma efetiva. Dentre outros, foi citada a carência nas redes de internet, além de computadores obsoletos.

Recursos Financeiros (Progestão e outros)

Questão 5: Considera adequado o aporte de recursos financeiros destinados ao Programa (5 parcelas de até R\$ 750 mil)?

AL	Sim.
GO	O valor é significativo para o Estado.
MT	Pela capacidade atual do Estado para a aplicação do Recurso é adequado. Porém devido ao tamanho do Estado e as necessidades de implementação dos instrumentos e projetos elencados no Plano Estadual seria adequado parcelas maiores.
PB	Os recursos financeiros do Progestão são de grande valia para dotarem os órgãos gestores de estrutura mínima, no entanto, sugerimos que o programa se estenda para que os órgãos estaduais façam parte efetivamente e definitivamente do SINGREH.
PI	Quando às gestões anteriores, não temos condições de avaliar. Quanto ao quadro atual, não há dúvida de que tais recursos são indispensáveis para a infraestrutura física e de pessoal.
PR	Embora o AGUASPARANÁ tenha tido dificuldades na aplicação destes recursos, entendemos que poderia ser um valor mais elevado. Anteriormente o repasse só para monitoramento era de 1 milhão/ano, embora atualmente a ANA nos repasse os equipamentos.
RJ	A distribuição do recurso no programa não deveria ser igualitária para todos os órgãos gestores, mas sim de forma isonômica buscando adequar os valores distribuídos entre esses entes, ou seja, a sugestão é tratar de forma diferente aqueles que assim o são, ainda que estejam na mesma categoria.
RO	No momento, os recursos estão sendo suficientes, pois a SEDAM ainda está organizando o estabelecimento de uma equipe técnica e administrativa. Entretanto, para solucionar os problemas de gestão são demandados recursos

financeiros ainda mais vultosos.

SE Sim.

Segundo o representante de Goiás, o Progestão representa uma importante e segura fonte de recursos. Além disso, o programa tem como característica bonificar o estado pelo cumprimento de atividades inerentes ao desenvolvimento da gestão de recursos hídricos e que se configuram como obrigações dos órgãos gestores.

A representante de Mato Grosso esclareceu que o montante de recursos é satisfatório frente à atual capacidade da equipe de executar as ações necessárias para o alcance das metas. Entretanto ressaltou que alguns instrumentos de gestão devem ser aperfeiçoados no estado, algo que requer recursos financeiros, citando como exemplo os planos de bacia, especialmente para a região metropolitana de Cuiabá.

De acordo com a AESA, o Progestão traz garantias para que a gestão de recursos hídricos seja desenvolvida no estado, oportunizando o avanço do sistema estadual.

O representante do Paraná narrou que a estrutura jurídica do estado (procuradoria e tribunal de contas) considerou ilegal a utilização dos recursos do Progestão para a contratação de técnicos para atuarem junto ao programa. Apontou ainda que, na leitura do estado, as parcelas do Progestão devem ser reajustadas. Exemplificou mencionando que, no passado havia um repasse da ANA equivalente a R\$ 1 milhão por ano para o estado operacionalizar a rede hidrológica. Atualmente, a ANA repassa equipamentos, mas comumente no estado há falta de recursos mínimos para a manutenção e operacionalização da rede (diárias para o motorista, por exemplo).

No Rio de Janeiro o montante de recursos repassados pelo Progestão não se configura o principal atrativo, tendo em vista o pouco impacto frente às necessidades do estado. Determinadas características do programa, como o estabelecimento de metas e indicadores, o fortalecimento do pacto federativo em torno dos recursos hídricos, o envolvimento do CERH e a organização do sistema a partir de ações práticas é que se configuram atrativos centrais para a participação do estado. Foi sugerido que os valores a serem aportados levem em conta a complexidade para a gestão e os desafios para o seu avanço.

Em Sergipe, os recursos do Progestão oferta aos órgãos gestores e colegiados certa flexibilidade no seu trato e uso, viabilizando determinadas ações, como a realização de eventos, algo que com recursos do estado estaria inviabilizado.

Conclusão: *A análise desta questão requer compreender que a realidade dos estados no tocante ao gerenciamento dos recursos hídricos é muito distinta. A maioria acenou que os recursos destinados ao Programa são de muita importância para o avanço da gestão, entretanto, alguns possuem estruturas mais robustas e contam com outras fontes de recursos além do Progestão. Desta forma, nestes o impacto financeiro do programa é menor se comparado aos demais estados envolvidos. De forma geral, houve uma leitura que os aportes de recursos podem ser ampliados.*

Questão 6: No seu estado, estes recursos impactam significativamente em relação ao orçamento para a gestão de recursos hídricos estaduais?

AL Sim.

GO Sim. Considerando que o custo estimado anual de manutenção da área de gestão de recursos hídricos é em torno de R\$ 1,2 milhões.

MT Tem um grande impacto, chegando aproximadamente a 50% do orçamento.

PB Os recursos do Progestão vêm possibilitando ao Estado as ações de gestão no momento mais crucial da estiagem que passa a Paraíba.

PI Sim, uma que, por não fazermos a gestão dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, essa é a única fonte significativa para contratação de especialistas, melhorias da estrutura física e aquisição de material destinado à execução dos projetos da área.

PR Atualmente representam 10% do valor aportado ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

RJ Não.

RO Os recursos impactam as atividades da área de recursos hídricos, pois antes do Progestão a SEDAM não apresentava recursos direcionados para a gestão estadual de recursos hídricos.

SE Não.

O representante de Alagoas destaca os avanços relacionados à implantação da sala de alerta no estado com recursos do Progestão.

Segundo o representante de Goiás, a manutenção da estrutura existente para o gerenciamento dos recursos hídricos

no estado requer por volta de R\$1.200.000,00/ano. Desta forma, os recursos do Progestão impactam significativamente o volume de recursos destinados à gestão das águas no estado (parcelas anuais de R\$750.000,00).

Esta percepção também foi demonstrada pela representante do Mato Grosso. Neste estado houve uma previsão orçamentária inicial de R\$1.800.000,00 para a área responsável pelo gerenciamento de recursos hídricos, mas 800 mil foram cortados e há indicativos de novos ajustes. Desta forma, os repasses do Progestão se tornam de grande valia para o sistema estadual.

No Paraná uma questão que vem gerando tensão diz respeito ao direcionamento dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH) para o caixa único do estado, a partir de uma lei recentemente aprovada. Há a preocupação quanto aos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, pois, se forem direcionados da mesma forma prejudicaria sobremaneira a gestão das águas no estado, colocando em risco a credibilidade da política estadual junto aos usuários de água e demais setores sociais.

Para a representante do INEA, um impacto de magnitude considerável relacionado ao aporte de recursos do Progestão é a possibilidade de envolver de forma efetiva o CERH na gestão destes recursos e, por consequência, na gestão do sistema de gerenciamento de recursos hídricos.

O representante de Rondônia narrou que no Plano Plurianual do estado foi incluído o montante de R\$600 mil reais para a gestão de recursos hídricos, entretanto provavelmente haverá cortes. Assim, configura-se a importância dos recursos do Progestão para o avanço do gerenciamento dos recursos hídricos no estado.

Os recursos do Progestão, apesar de não impactar o orçamento da Superintendência sergipana, oportuniza o estabelecimento de sinergias com outras fontes de recursos, como aquela vinculada ao FERH.

Conclusão: Para a maioria dos estados presentes, o programa impacta significativamente no orçamento destinado à gestão dos recursos hídricos, embora, conforme mencionado anteriormente, há muitas diferenças no tocante às estruturas de cada estado.

Questão 7: *Quais os desafios para a aplicação dos recursos do Progestão no estado?*

AL	Conseguir manter o planejamento visando à definição da aplicação dos recursos do Progestão. Desburocratizar a aplicação dos recursos frente às exigências da Procuradoria Geral do Estado.
GO	Dificuldades com áreas jurídicas e políticas para entendimento da forma de repasse e possibilidade de aplicação dos recursos. Planejamento para melhor utilização dos recursos: pontos de “estrangulamento” da gestão, que dificultam o avanço (outorga, comitês, planos e capacitação).
MT	Burocracia para aquisição de equipamentos e serviços e impossibilidade jurídica para a contratação de pessoal.
PB	A aplicação de recursos públicos está sempre protegida de legislação específica, além disso, a adoção de sistemas administrativos operacionais burocratiza a agilidade na efetivação das ações.
PI	Formação de quadro de pessoal capaz de formular e executar políticas de gestão de recursos hídricos.
PR	Inicialmente se pensou em contratação de cinco técnicos, por meio de empresas, o que legalmente não foi possível. Atualmente este recurso está sendo direcionado para contratação de consultoria de apoio, especialmente na área de outorga de direito de uso dos recursos hídricos.
RJ	Pessoal mínimo, concentração de demandas, tempo de debate até a aprovação.
RO	Quadro de Pessoal Técnico Administrativo específico na área de gestão dos recursos hídricos.
SE	Entraves burocráticos para utilização dos recursos (licitação, etc.).

A representante do Mato Grosso relatou que foram encaminhados no início do ano seis termos de referência para a área competente, entretanto, apenas um deles, referente às estações hidrometeorológicas, foi contratado. Reforçou ainda que a decisão do Ministério Público Estadual, vedando a contratação de pessoal para atuarem em projetos/programas do poder público (já relatado) prejudica, por exemplo, o alcance das metas relativas às águas subterrâneas e ao CNARH.

No Rio de Janeiro houve entendimentos com a procuradoria do estado em relação às formas de uso/aplicação dos recursos do Progestão. Assim, a procuradoria se atém à análise das formas de contratação e não aos méritos dos itens contratados (que são relacionados à gestão de recursos hídricos no estado). Desta forma, o principal desafio relaciona-se ao quadro de pessoal, haja vista que a natureza do programa requer ampliar os diálogos, especialmente junto ao CERH, fato que leva a um menor período de tempo para operacionalizar as decisões. Este aspecto somado à carência de pessoal deve ser superado para maior efetividade nas ações do programa.

O representante de Rondônia mencionou que no estado também há muitas dificuldades para o empenho dos recursos do Progestão, devido à dificuldade de entendimento da natureza do programa por parte dos responsáveis das áreas jurídico-administrativas.

Conclusão: *Um aspecto que predominou nos diálogos relacionados a este item foi a necessidade de envolver as áreas jurídicas e administrativas dos estados, a fim de aprofundar o conhecimento desses setores sobre a natureza do Progestão, especialmente no que tange aos aspectos jurídicos e financeiros. Vários estados acenaram também para as dificuldades no empenho dos recursos do programa.*

Envolvimento dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos

Questão 8: O envolvimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos na aprovação das metas estaduais tem sido satisfatório? Há avanços necessários neste aspecto? Alguma sugestão?

AL	Sim. Houve a criação de uma comissão para acompanhamento da aplicação dos recursos do Progestão.
GO	Dificuldades com a reestruturação do Sistema. Sim. Tem atuado e se envolvido na avaliação. Maior envolvimento das representações.
MT	O envolvimento é adequado, eles acompanham o cumprimento das metas e auxiliam na definição da aplicação do recurso.
PB	O Conselho Estadual é um parceiro no sistema que muito contribui para a implementação das metas de gestão.
PI	Por pressão do programa, o CERH-PI tem se mantido mais atuante na gestão, mas em um Estado que carece de uma gestão mínima de recursos hídricos, a primeira meta é conseguir cumprir o mínimo de reuniões exigidas pelo regulamento. Temos buscado informar o Conselho de todas as atividades que a SEMAR-PI realiza no âmbito dos recursos hídricos.
PR	Sim.
RJ	Sim, o CERHI-RJ participa na aprovação do relatório e ainda na aprovação dos projetos que irão utilizar tais recursos. Ainda é necessário um aprofundamento pelos membros do CERHI-RJ das informações técnicas levantadas pelo Progestão. A sugestão é menos metas, e que elas sejam mais desafiantes e objetivas.
RO	Houve envolvimento e participação do Conselho na aprovação das metas, o resultado foi satisfatório. Houve avanços no processo de discussão, quando passou a ocorrer à participação mais efetiva do Secretário da SEDAM.
SE	Medianamente satisfatório. Estabelecer um acompanhamento sistemático e contínuo das metas estaduais estabelecidas no Progestão.

O representante de Alagoas citou que membros do CERH vêm insistindo na criação de comitês de rios de domínio estadual, inclusive como meta a ser alcançada no Progestão. Ressaltou que o fato do estado possuir 16 planos de bacia reforça tal necessidade.

Já Goiás relatou que a reforma administrativa ocorrida no Estado, com a fusão de várias secretarias, acarretou, no início, certa dificuldade para que os gestores à frente da nova pasta compreendessem a importância do CERH e suas diferenças em relação ao Conselho Estadual de Meio Ambiente.

O CERH do estado do Mato Grosso auxilia, inclusive, no plano de aplicação dos recursos do Progestão, sendo que tal plano orienta o desenvolvimento de termos de referência para as aquisições e empenhos dos recursos do Progestão.

O CERH na Paraíba se encontra, segundo relatado, bem estruturado e vem acompanhando a implantação do Progestão de forma bem próxima, especialmente no que se refere ao alcance das metas traçadas. São realizadas anualmente três reuniões do Conselho.

No estado do Piauí, o CERH foi criado por uma exigência do Proágua e se encontrava inativo. A partir do Progestão, houve o resgate do Conselho que passou a reunir e se envolver na gestão de recursos hídricos do estado.

O CERHI no Rio de Janeiro participa na priorização de projetos a serem contratados e na aprovação do relatório referente ao alcance das metas. Porém, há a leitura de que esta instância pode ampliar a sua participação no aprofundamento técnico das informações geradas. Assim, foi sugerido diminuir o número de metas, centrando-se naquelas consideradas mais desafiadoras e objetivas, levando a uma participação mais incisiva do Conselho.

O CERH sergipano é pequeno e há membros que se envolvem no "dia a dia" da gestão das águas no estado. Entretanto, o representante do estado pondera que há necessidade de se estabelecer processos visando um acompanhamento mais sistemático por parte dos conselheiros no desenvolvimento do programa e, especialmente, na gestão das águas propriamente dita, tendo em vista que a maioria de seus membros se envolve na temática somente durante as reuniões dessa instância. Apesar destas questões, o programa contribui para um maior envolvimento dos membros do Conselho,

haja vista que os recursos do Progestão são destinados para a mesma unidade orçamentária do FUNERH. Desta forma, os conselheiros participam nas tomadas de decisões e definições sobre a aplicação dos recursos financeiros do programa.

Conclusão: *A heterogeneidade da realidade dos estados no tocante à gestão dos recursos hídricos reflete, de certa forma, a participação e o envolvimento dos CERHs. De maneira geral, percebe-se que o Progestão acaba por proporcionar pauta valiosa aos Conselhos, fato que leva à realização de reuniões para análise do programa. Entretanto, é necessário aperfeiçoar procedimentos para que os membros dos Conselhos tenham melhor acesso aos resultados do programa (alcance das metas, notadamente as metas estaduais) com um prazo de tempo maior para análises e avaliações, com vistas a sua aprovação.*

Questão 9: Informar se os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos se somam ao do Progestão e a outros para garantir a sustentabilidade financeira da gestão estadual de recursos hídricos.

AL	Sim.
GO	Sim. Fundo de Meio Ambiente - Conta Especial de Recursos Hídricos: recursos financeiros para o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos – despesas e investimento. Os recursos escassos: taxas de outorga. Recursos do Progestão são significativos para o Estado.
MT	Mato Grosso não conta com um Fundo estadual específico para recursos hídricos, mas dispõe de recursos no orçamento do Estado para atividades de rotina (quando não contingenciado).
PB	Os recursos do FERH somam-se a outros para a gestão, embora os valores repassados não estejam de acordo com o que fora estabelecido na sua criação.
PI	Não. A SEMAR-PI não detém a gestão sobre o FERH, ficando os recursos desse a cargo do Estado decidir como e onde será utilizado.
PR	Sim, embora não garantam a sustentabilidade financeira do Instituto.
RJ	Para responder a essa pergunta é necessário primeiro uma definição conceitual de sustentabilidade financeira da gestão. No caso do RJ os recursos não se misturam, mas ambos buscam o fortalecimento do SINGERH.
RO	A gestão de recursos hídricos não utiliza recursos do Fundo, pois o mesmo ainda está em fase de elaboração do regimento interno do Conselho Orientador e regulamentação da aplicação dos recursos.
SE	Sim. Acrescenta-se ao FUNERH e ao PROGESTÃO, os recursos financeiros oriundos do Programa Águas de Sergipe, em parceria com o Banco Mundial.

A representante do Rio de Janeiro reforçou a necessidade de melhor conceituar o termo sustentabilidade financeira da gestão para o aprofundamento desta questão, haja vista que tal ausência impacta na discussão sobre esse assunto, ocasionando leituras diferenciadas, inclusive por parte de membros do CERHI, responsáveis pela aprovação das metas.

O estado de Goiás relatou que as taxas cobradas para as emissões de outorgas pelo uso da água mantêm o Fundo Estadual, mas ressaltou que volumes mais vultosos, como a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica (R\$80 milhões/ano), são destinados para o caixa único do tesouro.

Em Mato Grosso, parte dos recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMAM) é destinado para o gerenciamento de recursos hídricos, pois não há no estado um fundo específico para esta área. Segundo a representante, este fato acaba por enfraquecer o sistema no estado, haja vista que o ator responsável pela aprovação da aplicação dos recursos do FEMAM é o Conselho Estadual de Meio Ambiente. Os recursos advindos do Fundo Estadual são destinados para as atividades de rotina na Superintendência de Recursos Hídricos.

Na Paraíba, anualmente é realizado um plano de aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, sendo este plano aprovado pelo CERH. Entretanto, apenas uma parte dos recursos previstos é liberada na prática, algo em torno de 5 a 10%.

No estado do Piauí, busca-se, junto aos gestores, esclarecimentos quanto à finalidade do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, de forma a que o órgão gestor possa acessar tais recursos para a melhoria da gestão das águas no estado.

Conclusão: *Nos estados que possuem Fundos de Recursos Hídricos, um aspecto demasiadamente citado referiu-se à questão do contingenciamento de tais recursos, algo que na prática impacta na gestão de recursos hídricos e amplia a importância dos repasses do Progestão.*

Opiniões gerais sobre o programa**Questão 10: *Apresentar opinião geral sobre o Progestão que considerar pertinente.***

- AL** Entendemos que o Progestão se apresenta como fundamental para a implementação da política estadual de recursos hídricos em Alagoas. O aporte de recursos da ANA, para o Estado de Alagoas, face às suas demandas e porte, é visto como primordial nesse processo.
A aplicação dos recursos financeiros permitiu a contratação em 2015 de uma equipe que prioriza a realização de atividades visando atender tanto as Metas Federativas, quanto as Estaduais.
- GO** Apoio à evolução dos sistemas de gestão: componentes e instrumentos.
Necessidade de maior discussão com os estados das metas a serem atingidas.
Necessidade de continuidade do Programa. Importância de Programa de apoio aos Comitês.
- MT** Ótimo programa para o Estado, porque viabiliza o avanço na implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos. O Progestão traz aporte de recurso e visibilidade ao setor de recursos hídricos, que em MT disputa espaço, pessoal e recurso com o meio ambiente.
- PB** A principal contribuição do Progestão foi a possibilidade do Estado realizar ações de gestão de recursos hídricos, fundamentais para a garantia hídrica mínima.
Flexibilidade no cumprimento de metas considerando as diferenças regionais.
Prorrogação do programa. Reavaliação das razões de punibilidade.
Discrecionabilidade em cláusula contratual para que o gestor possa gratificar aqueles envolvidos diretamente na execução do programa sem que discrepância salarial promova diferenças entre contratados e comissionados.
- PI** O programa se tornou essencial para o desenvolvimento de políticas públicas de gestão de recursos hídricos do Estado do Piauí.
As metas nos traçam um caminho bem definido de onde temos de chegar.
- PR** O Programa tem sido relevante no sentido de incentivar os Estados no cumprimento das Metas, tendo em vista ser um Programa de incentivo financeiro, de pagamento por resultados. Também entendemos salutar essa integração da ANA com os diversos estados da Federação no sentido de fortalecer e descentralizar a gestão das águas.
- RJ** Conceitos subjetivos abertos.
Grande número de metas.
Análise quantitativa, muito voltada para o órgão gestor.
Muito burocrático e processual na verificação das metas.
- RO** Não cumprimento das metas no 3º período de avaliação do Progestão 2014.
Auto avaliação da meta 3.2 realizada no nível 4 - Transferência das cláusulas do contrato da meta 3.2, do nível 3 para o nível 2 (exigência mínima), no qual o contrato estabelece que exista cadastro de usuários (< 20% do universo de usuários cadastrados), mas não existe cadastro de infraestrutura hídrica.
Auto avaliação da meta 4.1 realizada no nível 4 - Transferência das cláusulas do contrato da meta 4.1 para o nível 3 (exigência mínima), em que a emissão de outorga de direito de uso dos recursos hídricos para captação de água, bem como para lançamento de efluentes, deverá ter outorgado até 15% do universo de usuários. Nesse nível qualquer quantidade de outorga cadastrada no CNARH, abaixo de 15% do universo de usuários, é estabelecida o cumprimento da meta.
- SE** Excelente estratégia de repasse de recursos da ANA para o ente estadual, sem burocracia, sem prestação de contas e fortalecendo indiretamente o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
Deveria haver uma meta no Progestão que considere a capacidade do Estado em utilizar os recursos repassados.

Segundo a análise do representante de Sergipe, as parcerias com as estruturas estaduais responsáveis pelo gerenciamento dos recursos hídricos, como o Progestão, podem se configurar em uma alternativa extremamente válida para o avanço do gerenciamento das águas no país, evitando que a ANA, por exemplo, necessite descentralizar sua estrutura.

De acordo com o olhar do Mato Grosso, o Progestão trouxe visibilidade para a Política Estadual de Recursos Hídricos no âmbito do governo. Além disso, oportuniza a realização de determinadas ações que não se configurariam prioridades, tendo em vista a carência de recursos, tal como a atuação em segurança de barragens.

O representante de Goiás sugeriu a ampliação do diálogo entre os estados a fim de aprofundar a discussão sobre as metas, haja vista a necessidade de torná-las mais factíveis/atingíveis diante da realidade dos estados.

Nesta mesma linha, a representante do estado da Paraíba alertou para a necessidade de rever algumas metas e as

formas de avaliações, caso os estados não tenham obtido pleno êxito no atingimento das metas. Justifica a proposta pelo fato que a perda de parte dos recursos do programa acaba por gerar um impacto significativo no orçamento dos órgãos gestores.

As metas descritas no Progestão, de acordo com o representante do Piauí, auxiliam na organização das ações do órgão gestor, se configurando em um balizador do passo a passo para o fortalecimento da gestão dos recursos hídricos no estado.

Segundo a representante do INEA, o Progestão é de suma importância para os estados, entretanto acredita que para o aperfeiçoamento do programa há a necessidade de melhor conceituar alguns pressupostos utilizados, reduzir o número de metas e ampliar a análise para além dos órgãos gestores, devendo envolver outros entes dos sistemas estaduais. Foi ainda citada a necessidade de mecanismos menos burocráticos de aprovação do alcance da meta, superando, por exemplo, a centralidade do foco no prazo de atendimento.

O representante do Rondônia justificou que houve uma avaliação errônea no tocante ao estabelecimento de determinadas metas a serem alcançadas, haja vista que durante os trabalhos de campo ficou evidenciada que a realidade era mais complexa do que inicialmente percebida.

O representante de Sergipe narrou que, além dos órgãos gestores e do CERH, o Progestão fortalece também os órgãos colegiados do estado, como os comitês de bacia. O representante sugeriu a criação de uma meta de desempenho da aplicação dos recursos do programa, com o intuito de colaborar na superação de entraves burocráticos.

Conclusão: A maioria dos estados considerou o programa de fundamental importância para o avanço da gestão dos recursos hídricos e para o fortalecimento dos órgãos gestores.

Após a explanação dos representantes estaduais houve uma breve análise do Superintendente da ANA, Humberto Gonçalves, a partir das informações apresentadas. Inicialmente foi reforçada a necessidade dos estados prestarem contas sobre a aplicação dos recursos do Progestão, não pelo modelo formal (tipo convênio), mas por meio do alcance das metas. Esta questão não pode ser alterada, pois trata-se de recursos públicos que devem estar condicionados a resultados concretos. Em relação à fragilidade no quadro de pessoal dos estados, o Superintendente declarou que esta questão é crônica, mas que com criatividade pode-se buscar alternativas utilizando-se os recursos do programa.

Neste sentido, trouxe o exemplo do Mato Grosso do Sul (IMASUL) que, por meio de um convênio com a Fundação de Ciência e Tecnologia do estado, utilizou os recursos do Progestão para a contratação de bolsistas com nível acadêmico de mestrado e doutorado. Esta estratégia vem dando bons resultados, haja vista que atualmente o órgão conta com 14 profissionais comprometidos para o alcance das metas e o fortalecimento do sistema. Outro resultado refere-se à implantação da outorga pelo uso da água no estado, viabilizada a partir da contratação deste pessoal capacitado para o desenvolvimento da gestão das águas no estado.

Foi pontuado que em alguns estados as procuradorias não aceitaram tal modelo, sendo recomendado que a ANA amplie os diálogos e trocas de experiência com as áreas administrativas e jurídicas dos estados, visando clarificar os pressupostos do Progestão e dirimir dúvidas com o intuito de minimizar os entraves burocráticos demasiadamente citados pelos representantes estaduais.

Humberto narrou ainda a importância do envolvimento dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos no âmbito do programa, pois estas instâncias devem fortemente interagir com a política de recursos hídricos, envolvendo-se na implantação do programa e no alcance de suas metas para o fortalecimento do próprio sistema. Por fim, reforçou a importância do Seminário como um espaço de escuta, análise e proposições visando aperfeiçoar o Progestão, tendo em vista sua possível continuidade.

A coordenadora da COAPP, Ludmila Rodrigues, aproveitou esse momento de reflexão para esclarecer que, segundo entendimento da Procuradoria Federal junto à ANA, as transferências de recursos do Progestão enquadram-se na figura jurídica de doação, prevista no Código Civil e, dessa forma, estão em conformidade com o princípio da isonomia federativa, uma vez que todos os estados e o Distrito Federal são tratados de forma isonômica. Assim, os recursos repassados aos estados são de igual valor, independentemente dos desafios e das complexidades locais para o avanço da gestão dos recursos hídricos nos estados. Reforçou que o programa deve perseguir as metas como forma de certificar e prestar contas, sendo o principal foco o fortalecimento da gestão de recursos hídricos dentro de um novo modelo de parceria envolvendo a ANA e os órgãos gestores estaduais.

Parte 2: as metas de cooperação federativa

O olhar dos estados sobre o atendimento das metas de cooperação federativa

A partir de cinco questões norteadoras previamente encaminhadas, a segunda etapa focou nos principais desafios e formas de superação para o alcance das metas de cooperação federativa. Nesta fase, além da

apresentação dos estados, houve um relato por parte dos representantes dos setores da ANA responsáveis pela certificação das metas de cooperação federativa quanto aos avanços e pontos a serem aperfeiçoados.



Cenas de algumas apresentações dos estados na segunda etapa

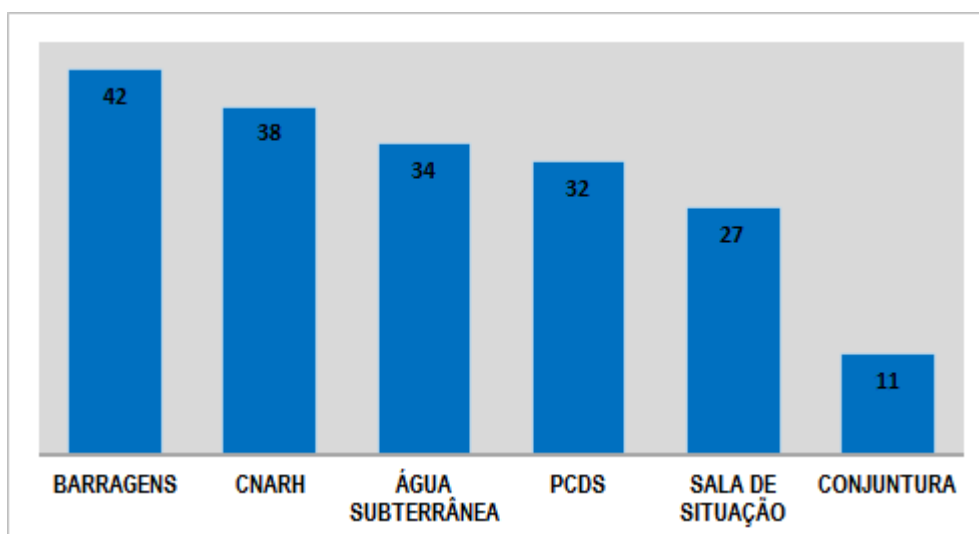
Questão 1: *Dentre as metas de cooperação federativa (CNARH; Água subterrânea; Conjuntura; PCDs – transmissão dos dados; Sala de Situação – produção de boletins e Segurança de barragens) elencar, em ordem decrescente de intensidade, aquelas consideradas de maior desafio para alcance no seu estado, bem como as formas previstas para superação.*

Essa questão propiciou a hierarquização das metas consideradas de maior complexidade para atendimento. Assim, o Quadro 1 ilustra a intensidade dos desafios para o alcance das metas em cada estado (variando da coluna I mais intensa para a coluna VI menos intensa). Já o Gráfico 1 apresenta o resultado das metas que se configuraram como maior desafio no conjunto dos estados, considerando os pesos atrelados a cada coluna (variando de 6 na 1ª coluna a 1 na 6ª coluna).

Quadro 1: Intensidade dos desafios para alcance das metas de cooperação federativa por estado.

ESTADOS	DESAFIOS					
	I	II	III	IV	V	VI
Alagoas	CNARH	PCDs	Barragens	Água Subterrânea	--	--
Goiás	Barragens	CNARH	Sala de Situação	Água Subterrânea	Conjuntura	PCDs
Mato Grosso	Barragens	PCDs	Água Subterrânea	CNARH	Conjuntura	Sala de Situação
Paraíba	Barragens	CNARH	PCDs	Água Subterrânea	Sala de Situação	Conjuntura
Paraná	Barragens	CNARH	Sala de Situação	Água Subterrânea	Conjuntura	--
Piauí	Sala de Situação	PCDs	CNARH	Água Subterrânea	Barragens	--
Rio de Janeiro	Água Subterrânea	Barragens	PCDs	Sala de Situação	Conjuntura	CNARH
Rondônia	CNARH	Barragens	Água Subterrânea	Sala de Situação	PCDs	Conjuntura
Sergipe	PCDs	Água Subterrânea	Sala de Situação	CNARH	Barragens	Conjuntura

Gráfico 1: Intensidade dos desafios das metas de cooperação federativa apontada pelo conjunto dos 9 estados.



Grande parte dos desafios apontados pelos estados para o alcance das metas de cooperação federativa, bem como para fazer frente ao gerenciamento dos recursos hídricos no âmbito do estado, apresenta como principais causas as questões acenadas anteriormente, como os entraves burocráticos, poucos recursos financeiros e o reduzido número de técnicos existentes nas estruturas/órgãos responsáveis pela gestão dos recursos hídricos.

A meta referente à “atuação em segurança de barragens” é especialmente impactada pela ausência de pessoal especializado e com experiência neste tema. A lacuna de informação a respeito dos barramentos existentes em vários estados também foi apontada como entrave para o alcance desta meta. Apesar desta meta se configurar como um grande desafio foi relatado que, devido à exigência do Progestão, ações relacionadas ao tema foram colocadas em prática por vários estados.

Em relação às águas subterrâneas foram destacadas diversas dificuldades no compartilhamento de dados dos usuários (do SIAGAS para o CNARH, por exemplo), além da inconsistência das informações existentes e a ausência de parâmetros para alimentar o sistema. Este fato se agrava na região do semiárido, onde a solicitação de outorgas refere-se principalmente às águas subterrâneas.

O reduzido número de técnicos e os poucos recursos financeiros dos estados também impactam nas manutenções corretivas das estações hidrometeorológicas, acarretando entraves na transmissão telemétrica dos dados. A busca de empresas terceirizadas para esta tarefa tem se configurado em alternativa de maior efetividade ao funcionamento adequado das salas de situação.

A meta referente ao envio de informações para subsidiar a elaboração do Relatório de Conjuntura foi considerada a de menor desafio para ser alcançada, provavelmente por se tratar de um procedimento que já era uma rotina para a maioria dos estados, anteriormente ao Progestão.

Em linhas gerais, essa questão indicou alguns **obstáculos** a serem superados nos estados para que as metas sejam atingidas de forma mais efetiva.

AL CNARH: Disponibilização de um Sistema que funcione adequadamente, sem apresentar “bugs”, inclusive do ponto de vista de aquisição dos dados inseridos.

PCDS: Faltam peças para reposição (com transmissão GOES) que podem comprometer o ITD e formalização de convênios/parcerias para geração de modelos.

Segurança de barragens: Obter informações de projeto das barragens que, historicamente, não são realizados no

estado. Fazer com que os empreendedores tenham consciência do seu papel.

Água subterrânea: Definição de parâmetros a serem incorporados ao CNARH.

GO Segurança de barragens: Dificuldade de conhecimento técnico para a execução das atividades correlatas, como levantamento de dados e classificação.

CNARH: Grande quantidade de processos (passivo). Várias alternativas em andamento como terceirização dos serviços, cadastro on-line, contratação de estagiários. Dificuldade com estabilidade do sistema e problemas na remessa e recebimento dos dados.

Sala de Situação: A Sala de Situação está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento (SECTEC), responsável pela Rede Hidrometeorológica do Estado. Dificuldade de acesso às informações e de atingimento das metas, uma vez que a área não tem atribuições, envolvimento direto ou priorização pela gestão ou atingimento da meta.

Água subterrânea: Grande quantidade de processos (passivo). Dificuldade no entendimento da meta estabelecida pela ANA e na disponibilização de dados e articulação com outras entidades e sistema (SIAGAS).

Conjuntura: Dificuldade de acesso às informações sobre qualidade (outra área). Estamos buscando o desenvolvimento de novo sistema, adequado ao Sistema de Outorga.

PCDs: A Rede é de responsabilidade da SECTEC.

MT Segurança de barragens: Estruturar equipe com perfil técnico adequado, definir procedimentos de trabalho e adequar o espaço físico para o setor. Promover articulação política entre recursos hídricos e a política ambiental.

PCDs: Viabilizar manutenção terceirizada e continuada das estações.

CNARH: Força tarefa da equipe para inserção do passivo no CNARH.

PB Segurança de barragens: Contratar técnicos capacitados para dar suporte à equipe existente, que é insuficiente.

CNARH: Contratação definitiva do gerente de Tecnologia de Informação – TI (aguardando há quase um ano). A alta rotatividade de técnicos dificulta muito a condução dos trabalhos.

PCDs: Agilizar o processo de manutenção e conserto no caso de algum defeito na transmissão de dados.

Água subterrânea: Agilizar a forma de compartilhamento dos dados.

Conjuntura: Essa meta é satisfatória com relação às informações pertinentes à AESA. Entretanto, quanto às informações de qualidade de água, sob responsabilidade da SUDEMA, a morosidade no repasse das informações tem causado atraso.

PI Sala de Situação: Contratar especialistas na área.

PCDs: Aumentar a rede e prever um técnico para sua manutenção.

CNARH: Designar um estagiário para preenchimento dos dados, com obrigatoriedade de inscrição para novos usuários.

Água subterrânea: Organizar e consistir os dados existentes. Visão separada de aquíferos e bacia.

Segurança de barragens: Contratar técnicos para auxiliar nas vistorias.

PR Segurança de barragens: Cadastro está sendo executado na medida do possível (quadro deficiente de técnicos).

CNARH: Dificuldades devido a problemas físicos no Servidor de Dados. Já está resolvido e a integração será feita.

RJ Água subterrânea: O assunto vem sendo discutido junto ao CERHI-RJ, através da CTAS, mas precisa de maior aprofundamento do tema.

Segurança de barragens: Capacitação para atuação, inclusive para fiscalização e integração/articulação entre os órgãos responsáveis pelo tema.

RO CNARH: Reavaliação da meta para nível 2.

Segurança de barragens: Cadastro e fiscalização de barragens vêm sendo executados.

Água subterrânea: Informações disponibilizadas para o SNIRH.

Sala de Situação e PCDs: Boletins produzidos diariamente e manutenção corretiva da rede telemétrica realizada.

Conjuntura: Dados disponibilizados para o relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos.

SE PCDs: Prever equipe de manutenção preventiva e corretiva.

Água subterrânea: Contratar pessoal.

Sala de Situação: Adotar o Manual da Sala de Situação, de forma sistemática, na produção de boletins.

CNARH: Contratar pessoal para reforçar a equipe responsável.

O representante de Alagoas ressaltou que as dificuldades operacionais encontradas para alimentar o sistema do CNARH se configuram no principal desafio a ser superado. Houve a tentativa de utilizar diversos navegadores, entretanto, constantemente foram encontradas dificuldades, levando a crer que tais entraves devem ser superados na área de tecnologia da informação da ANA. Além disso, os técnicos verificaram que há inconsistência dos dados

hidrológicos do estado e, desta forma, houve um esforço por parte da equipe técnica para compreender tais fatos e corrigi-los. Em relação às PCDs, foi ressaltado que a articulação entre os técnicos que operam a sala de alerta com os da Defesa Civil evitou tragédias no estado, haja vista que proporcionou desenvolver ações na bacia do rio Jacuípe antes da chegada das cheias. Em relação à segurança de barragens, foi narrado que há diversas lacunas de informações junto aos dados coletados para o fornecimento das licenças de obras hídricas e das licenças ambientais de barramentos no estado, fato que dificulta definir a categoria de risco e dano potencial associado, por exemplo. Para superar esta situação, um técnico local percorreu as 50 barragens cadastradas no estado para levantar os dados necessários faltantes. Os trabalhos desenvolvidos para o alcance desta meta e as trocas de informações estabelecidas com outros estados levaram à conclusão que há necessidade do órgão gestor de recursos hídricos se aproximar dos empreendedores, a fim de repassar informações sobre a nova política de segurança de barragens, especialmente esclarecendo os deveres destes empreendedores. O representante narrou ainda que esse tema somente vem sendo tratado no estado devido ao Progestão. Em relação à água subterrânea, foi dito que, para iniciar as ações visando o alcance das metas estabelecidas, há a necessidade da ANA repassar a planilha modelo para preenchimento das informações ou sua disponibilização pelo CNARH (ressaltando que no estado não há possibilidade de utilizar as informações do SIAGAS). Há a preferência por parte do estado de preencher as informações de forma manual, utilizando planilha modelo, tendo em vista algumas falhas já visualizadas no CNARH. Já em relação à meta relativa ao Relatório do Conjuntura, foi dito que não há dificuldades para o alcance. Entretanto, mais uma vez a análise remeteu a falhas no CNARH, tendo em vista que para o alcance de tais metas havia a necessidade de repasse de dados de outorga. Assim, os técnicos do estado decidiram fazer o cotejo entre os dados solicitados para a meta do Conjuntura e os alimentados no CNARH. Ao baixarem os dados, perceberam falhas.

A representante mato-grossense também reforçou que as ações relacionadas à segurança de barragens somente caminham no estado devido ao Progestão. Entretanto, a ausência de quadros técnicos com expertise no assunto se configura o principal desafio para o alcance da meta relativa a este tema. A manutenção das estações hidrometeorológicas é dificultada devido ao tamanho do território do Mato Grosso, ao reduzido quadro técnico e aos poucos recursos financeiros disponíveis. Porém, o estado está finalizando um processo de contratação para que uma empresa terceirizada passe a operar a manutenção corretiva das estações. Em relação à Sala de Situação, informou que apesar do reduzido quadro de profissionais no estado, a Sala vem operando a contento, entretanto, não percebe avanços que poderiam estar sendo colocados em prática.

O número reduzido de técnicos para atuar em diversas frentes na gestão de recursos hídricos no estado do Paraná foi apontado como um grande entrave para o alcance de várias metas no âmbito do Progestão, como por exemplo aquela relacionada à segurança de barragens. Houve a capacitação de três técnicos para atuarem nesta temática, entretanto, tais técnicos estão envolvidos em outras atividades, como na manutenção das estações de monitoramento no estado, fato que gera sobrecarga de trabalho. Apesar desta sobrecarga, houve várias empreitadas de campo para o cadastramento de barramentos, mas em muitos casos não houve o sucesso desejado na obtenção de dados simples, como o nome do proprietário ou a existência de projeto técnico. As atuais dificuldades financeiras do estado também acabam por enfraquecer as ações do órgão gestor e o alcance de determinadas metas. Foi relatado que o sistema de informações do estado é antigo e ultrapassado e o servidor que estava sendo utilizado apresentou problemas, não sendo possível migrar o ambiente devido a questões técnicas. Isto acarretou a interrupção do fornecimento de outorgas pelo uso da água no estado por seis meses, fato que deve ser superado tendo em vista a busca de um processo licitatório visando contratar um novo sistema.

O representante de Rondônia narrou que os principais desafios para o desenvolvimento do Progestão vêm ao encontro de questões já anteriormente acenadas e em várias falas dos demais estados, como o número insuficiente de técnicos e entraves burocráticos relacionados ao não entendimento das especificidades do Programa Progestão. O representante sugeriu a criação de mecanismos para rever as metas a partir da realidade do estado, citando o caso do preenchimento do CNARH, haja vista que os levantamentos de campo indicaram a inexistência de dados fidedignos no banco de dados do estado, fazendo com que determinadas metas se tornassem inalcançáveis no período de um ano.

Os desafios para o alcance das metas federativas em Sergipe referem-se, principalmente, a já citada carência de profissionais para atuarem na gestão dos recursos hídricos. Como dito anteriormente, a formação de grupos de trabalho se configura uma estratégia que vem sendo adotada com resultados frutíferos, como é o caso da meta relativa à segurança de barragens. Outra estratégia que se pretende ampliar refere-se à contratação de estagiários para dar suporte ao preenchimento de dados, como para o CNARH e águas subterrâneas.

Questão 2: *Os critérios para certificação das metas de cooperação federativa estabelecidos no Contrato e nos Informes são considerados objetivos e adequados? Justifique.*

AL	Sim. O conteúdo existente nos Informes é bastante claro e objetivo, permitindo que a equipe da SEMARH se planeje para desenvolver as atividades necessárias ao cumprimento das metas.
GO	<p>Algumas metas demandam um esforço desproporcional da estrutura da área, impossibilitando o seu atingimento. Algumas metas não estavam claras e geraram dúvidas no atendimento.</p> <p>Problemas estruturais e de atribuições para o atingimento das metas. O Estado possui 37 mil processos de requerimento de outorga, desde 1990. Para atingir a meta que foi proposta o Estado deveria parar todas as atividades e não seria possível atingir à meta proposta nos Informes.</p> <p>Problema de estrutura, capacidade técnica e clareza para a meta de Segurança de Barragem.</p> <p>Em Goiás a Sala de Situação foi articulada com entidade diversa do órgão gestor, onde a gestão dos recursos hídricos não é prioridade, e as atribuições e atendimento das demandas não são executadas de forma adequada, prejudicando o atingimento da meta.</p>
MT	Os critérios das metas federativas colocados nos Informes têm gerado muitas dúvidas na equipe, tendo necessidade de entrar em contato com a ANA algumas vezes para dirimi-las. O texto dos Informes levou a múltiplas interpretações, o que levou a equipe a cometer erros em relação aos critérios de certificação (por exemplo: Meta CNARH ano 2014; meta Segurança de Barragens ano 2015).
PB	São, mas podem ser mais flexíveis em alguns momentos. Podem melhorar as exigências no cumprimento de algumas metas, tendo em vista que no caso da Paraíba, por se tratar de um estado do semiárido, a escassez hídrica impede o fornecimento de dados em alguns momentos.
PI	Acredita-se que sim, uma vez que foi considerado a capacidade e o nível de cada Estado na gestão de recursos hídricos. É claro que agora, depois da experiência, o Estado conhece melhor seus entraves e as áreas que precisam melhorar. Cremos que, numa possível renovação, haverá um reajuste das metas para que elas se tornem mais tangíveis pelo Estado.
PR	Dificuldades com as mudanças estabelecidas pela ANA de um ano para outro.
RJ	Não. Apresentam conceitos, por vezes, subjetivos, muito burocrático.
RO	<p>Sim. No entanto deveria ter critérios específicos para reavaliação de meta quanto ao nível adotado inicialmente, durante a execução das ações.</p> <p>Existem metas que envolvem informações de campo antes estabelecidas, e baseando-se nestas se atribui um nível de exigência para a meta. No entanto, no momento das ações para atingir a meta constata-se que o nível assumido é incompatível com a realidade. Por exemplo: para Rondônia assumiu-se um nível onde representava que do universo de usuários eram cadastrados mais de 20%, no entanto menos de 20% é cadastrado e não existe cadastro de infraestrutura hídrica, logo tem-se que adequar o nível.</p>
SE	Sim. De maneira geral são objetivos e adequados.

Alguns estados apontaram a necessidade de maior clareza na utilização de determinados termos pelos Informes, para não comprometer o entendimento da meta. Destacam que as dúvidas, entretanto, forcem uma necessária aproximação entre os técnicos dos órgãos gestores e os da ANA, o que consideram positivo e profícuo.

Questão 3: *Em sua opinião, o cumprimento das metas de cooperação federativa contribuiu para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no estado? Por quê?*

AL	Sim. Ampliou a visualização e a quantificação dos recursos hídricos, através do banco de dados do CNARH, bem como na segurança das informações de riscos hidrológicos, através da implantação de PCDs, dando confiabilidade nos informativos para tomada de decisões, na ocorrência de eventos extremos.
GO	<p>De forma geral sim, na medida em que o Programa chama a atenção para a gestão das águas e gera dados que podem ser utilizados pelo sistema, mas de forma geral as Metas de Cooperação Federativa não trazem grande impacto à gestão ou são diretamente significativas para o Estado, apesar de se tratarem também de atribuições dos sistemas de gestão estaduais.</p> <p>As principais contribuições das metas federativas estão relacionadas à atuação ou contribuição dos sistemas estaduais para o Sistema Nacional.</p> <p>Parte das ações acordadas / levantadas na etapa de articulação do Programa, mas que não foram incluídas como metas, não foi consolidada ou realizada.</p>
MT	Sem a exigência por parte da ANA para o atendimento ao Progestão algumas das metas não teriam sido implementadas no Estado em curto prazo.

PB	Com certeza, aumenta o universo de dados a ser monitorado, melhorando a gestão também das metas estaduais.
PI	Daquelas que conseguimos cumprir, sim. Por exemplo, com a adoção do CNARH, temos um controle maior das nossas outorgas, sistematizadas de uma maneira que facilitam o nosso trabalho na produção de relatórios. Outro exemplo: agora temos o conhecimento, mesmo que mínimo, das barragens em nosso Estado. Próximo passo agora é melhorar as informações e trabalhar para cumprir outras metas.
PR	Sim. Força a instituição a repensar e procurar cumprir as metas estabelecidas.
RJ	Não, mas organizou as informações.
RO	As metas de cooperação contribuíram no que se refere: A utilização pelo estado de um cadastro de usuários, a partir do momento que adere ao Cadastro Nacional de Usuários em Recursos Hídricos (CNARH); Ao estabelecimento da necessidade do estado atuar no controle das águas subterrâneas; Ao estabelecimento anual de um panorama do conhecimento sobre a gestão das águas; A formação e capacitação de uma equipe técnica e de apoio logístico para instalação e manutenção de 12 Plataformas de Coleta de Dados (PCDs) a um índice de Transmissão e Disponibilização de Dados Telemétricos maior que 80%; A disponibilização de boletins diários com as informações hidrometeorológicas para subsidiar a defesa civil estadual e outras instituições afins; Ao cumprimento de exigências relativas à implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), por meio de um cadastro de barragens, à classificação das barragens por categoria de risco e dano potencial e à sua fiscalização.
SE	SIM. Através das metas federativas o órgão gestor estabelece diretrizes que favorecem o planejamento e execução de ações voltadas para a gestão integrada dos recursos hídricos no Brasil.

O representante de Alagoas comentou que o cumprimento das metas colabora na organização dos dados relacionados aos recursos hídricos do estado, facilitando o repasse de informações a diversos requisitantes como por exemplo, universidades, empresas de consultorias, e demais instituições públicas. Citou ainda a importância do cadastro dos barramentos e do CNARH.

A representante de Mato Grosso apontou que as metas traçadas no programa forcem o estado a se mover, mesmo com as fragilidades existentes e com o reduzido quadro pessoal.

O representante de Piauí enfatizou que a organização dos dados é um avanço significativo. Como exemplo, menciona as informações da outorga pelo uso da água que utilizava planilhas Excel e atualmente conta com o banco de dados do CNARH. Disse ainda que a estratégia do estado é buscar integrar todos os sistemas disponibilizados pela ANA, o que gera economia e potencializa a gestão.

A representante do Rio de Janeiro enfatizou que a compilação dos dados exigidos para o alcance das metas pelo Progestão em um único documento facilita o diálogo com o Conselho Estadual e com outros entes do sistema estadual. Este fato representa um valioso avanço proporcionado pelo Programa.

No caso de Rondônia, um ganho considerado significativo diz respeito à criação de uma Coordenadoria de Recursos Hídricos, somada à formação e capacitação de uma equipe técnica.

Conclusão: *A partir de variados aspectos, a maioria considera que o Progestão auxilia de alguma forma no avanço do gerenciamento dos recursos hídricos no estado.*

Questão 4: Quais foram os principais avanços no alcance destas metas no estado? Exemplifique.

AL	Início das ações de implementação da política nacional de segurança de barragens. Melhoria na qualidade das informações hidrológicas e na disponibilização dos dados para o público. Determinação de cota de referência para alertas hidrológicos críticos. Conhecimento dos usuários (cadastro) no Estado.
GO	Articulação do sistema de controle dos requerimentos de outorga, que está em desenvolvimento com o CNARH, possibilitando a validação de algumas informações.
MT	Diminuição do passivo do CNARH e atualização do banco de dados. Início do processo de implementação da Segurança de Barragens no Estado, consequentemente trazendo transparência à gestão de recursos hídricos.
PB	Atualização e adequação do Sistema de Informação, que integrará diversas metas estaduais. A efetivação da cobrança de água bruta. A possibilidade de atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Atualização dos planos de bacias hidrográficas.
PI	Respondido na questão anterior.

PR	Cadastro de Barragens. Integração de dados com a ANA.
RJ	O principal avanço do sistema nos últimos anos foi a elaboração do PERHI mas, que não usou recursos do Progestão.
RO	A formação e capacitação de uma equipe técnica e de apoio logístico para instalação e manutenção das PCDs e a disponibilização de boletins diários com as informações hidrometeorológicas para subsidiar a defesa civil estadual e outras instituições afins.
SE	Implantação da Sala de Situação. Estabelecimento do Grupo Estadual de Segurança de Barragens. Adesão do estado de Sergipe ao CNARH. Sistematização das informações sobre recursos hídricos (barragens, águas subterrâneas, usuários etc.).

A representante da Paraíba ressaltou que, por meio do Progestão pôde ser efetivado o instrumento da cobrança pelo uso da água no estado, haja vista que este tema se configura como uma das metas do Programa. Além disso, almejam atualizar o plano estadual de recursos hídricos e alguns planos estaduais de bacia, fortalecendo assim o desenvolvimento dos instrumentos de gestão no âmbito do estado.

O representante de Sergipe narrou que no ano de 2012 o estado recebeu o prêmio ANA pelo Atlas Digital de Recursos Hídricos, que deve ser alimentado permanentemente. Desta forma, o Progestão facilita este afazer, bem como a sua expansão, com a inclusão de um banco de dados de estudos realizados nas bacias hidrográficas abrangidas no território sergipano.

Questão 5: Em sua opinião, qual a importância de compartilhar informações estaduais de gerenciamento de recursos hídricos para o cumprimento das metas de cooperação federativa?

AL	Seguir uma padronização de disponibilização de informações que muitas vezes não era realizada na SEMARH, com vistas ao gerenciamento adequado, não só de cadastramento como também de armazenamento, disponibilização e transmissão dos dados, ajudando nos procedimentos a serem adotados.
GO	Fortalecimento do Sistema Nacional e articulação entre os sistemas estaduais, distrital e nacional. Aprimoramento e articulação dos instrumentos de gestão.
MT	Facilita o intercâmbio de informações entre Estados e União, bem como entre os Estados, levando a um nivelamento da gestão de recursos hídricos entre estes possibilitando a gestão integrada dos recursos hídricos pelos entes federativos.
PB	Existe um modelo definido do sistema nacional de gestão em recursos hídricos, que precisa estar em conexão ou interligado com os órgãos gestores e o compartilhamento das informações é a forma de consolidá-lo.
PI	O compartilhamento de informações é fundamental. A troca de conhecimentos e experiências com casos bem sucedidos ajuda os demais Estados na concepção de ações semelhantes para realizar suas atividades. Como exemplo, cita-se o cadastramento de barragens realizado na Bahia e que o Estado do Piauí pensa em fazer da mesma maneira.
PR	Importante pela integração dos dados e a visão geral da situação do País.
RJ	Total. O compartilhamento de informação gera melhor gestão.
RO	O compartilhamento das informações de gerenciamento de recursos hídricos tem como objetivo principal a superação de desafios comuns visando: A promoção do uso múltiplo e sustentável dos recursos hídricos, que estabeleça uma efetiva articulação entre os processos de gestão das águas e de regulação dos seus usos, nas esferas nacional e estadual. O fortalecimento do modelo brasileiro de governança das águas, integrado, descentralizado e participativo. O estabelecimento de um nível mínimo de consistência e eficiência operacional para alcançar os amplos objetivos da política, de forma continuada e com menores custos para a sociedade.
SE	É uma forma inteligente adotada pela ANA de sistematizar de forma integrada e padronizada as informações e os procedimentos relevantes à gestão dos recursos hídricos no Brasil.

A representante do Mato Grosso disse que o envolvimento do CERH no acompanhamento e certificação das metas no Progestão se configura um avanço significativo para o estado e para o fortalecimento do sistema, tendo em vista que esta instância passa a cobrar do órgão gestor e desenvolver ações que vão além das normatizações, elevando a sua capacidade e empoderando os conselheiros.

O compartilhamento das informações, segundo a representante carioca, facilita a expansão do olhar da gestão dos recursos hídricos para além do sistema estadual e as críticas/sugestões construídas no estado passam a ganhar ou não proporcionalidade a partir do somatório das leituras de outros estados, além da própria ANA. Além disso, avalia que o compartilhamento das informações é de grande importância para a ANA refletir sobre outros programas e projetos e buscar avanços na gestão nacional considerando as realidades distintas dos estados.

O representante sergipano enalteceu o Progestão pelo fato do programa buscar parcerias com os órgãos gestores estaduais, por meio da capacitação de seus quadros técnicos e da utilização de suas estruturas, valorizando assim os sistemas estaduais na busca da necessária integração para a gestão das águas.

Findada a rodada de apresentação da segunda etapa, foi disponibilizado um espaço para que os técnicos da ANA responsáveis pela certificação das metas explanassem seus pontos de vista, destacando os aspectos positivos, bem como aqueles que consideram necessário aprimoramentos, a partir da experiência acumulada. O tópico abaixo traz esses olhares, descritos de forma sucinta.

O olhar dos técnicos da ANA sobre o atendimento das metas de cooperação federativa

A coordenadora da COCAD, Raquel Scalia, abordou sobre a **meta 1.1 de Integração de Dados de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH)**. Relatou que no início dos diálogos em torno do Progestão não imaginava que esta meta seria tão desafiadora, tanto para a ANA como para os estados, mas percebe que, a cada ano, com maior apropriação dos procedimentos e maior afinidade com o sistema utilizado, o alcance da meta vem sendo facilitado.

Raquel explicou sobre as bases legais relacionadas ao cadastro de usuários (Resolução ANA 317/2003 – criação do cadastro e Resolução CNRH 126/2011 – diretrizes para o cadastramento), ressaltando que o Progestão se configurou como uma “porta de entrada” para os estados disponibilizarem seus dados. Foram criadas três opções para os estados alimentarem o sistema: (i) CNARH 1.0 para procedimentos auto declaratórios; (ii) CNARH 40 em que os estados digitam os dados direto no sistema; e (iii) CNARH 40 com preenchimento por meio de planilha disponibilizada por *upload*.

No âmbito do Progestão, a estratégia adotada foi: no primeiro ano (2013) os estados deveriam informar sobre os seus procedimentos de cadastro; no segundo ano (2014) deveriam inserir 20% dos dados de outorgas (emitidas até 2013); no terceiro ano (2015) deveriam lançar mais 40% dos dados de outorga; no quarto ano (2016) deverão lançar mais 40%, fechando então o lançamento de 100% dos dados de cadastro dos estados.

Algumas dificuldades observadas para o atingimento da meta foram apresentadas: (i) dados não consistidos; (ii) ausência de sistematização de dados (fontes distintas nos estados); (iii) instabilidade do CNARH 40 (maior criticidade de julho a setembro); (iv) desconhecimento do montante de usuários já regularizados pelo Estado; (v) divergência na extração de relatórios no CNARH40; e (vi) quadro técnico reduzido e não permanente nos estados.

A especialista destacou que para a ANA aferir o atingimento da meta há a necessidade de duas informações básicas: a lista de usuários cadastrados no CNARH e o quantitativo de usuários regularizados pelos estados. Infelizmente houve casos em que esta última informação não foi disponibilizada, gerando um resultado totalmente insatisfatório para a ANA e para os estados.

Citou, também, as oportunidades que surgem em torno do cadastro e de sua articulação com o Progestão: (i) a organização dos dados; (ii) a definição de procedimentos; (iii) o cadastramento de novos usuários; (iv) a disponibilização das informações; e (v) a qualidade da informação.

Por fim, reforçou que a meta nacional é cadastrar todos os usuários no CNARH até o ano de 2019. Entretanto, externou certa preocupação, haja vista as incertezas em torno da disponibilização dos dados por meio dos estados.

A **meta 1.2 denominada Compartilhamento de Informações sobre Águas Subterrâneas** foi abordada pelo coordenador da COSUB, Fernando Oliveira. Inicialmente, Fernando explicou que havia um sistema específico previsto para águas subterrâneas (SAS). Porém, a ANA percebeu a necessidade de integrar os dados das águas subterrâneas aos das águas superficiais, a fim de gerar um banco de dados único, neste caso o CNARH 40. Esta decisão demandou certo tempo devido a sua complexidade técnica. Disse ainda que a tabela para fazer upload e nortear o preenchimento de dados sobre águas subterrâneas, aguardada pelos estados, está prevista para ser disponibilizada aos estados até o dia 20/11/2015.

Fernando reforçou que as águas subterrâneas são de dominialidade dos estados e que a ANA atua sobre os grandes aquíferos, considerando a necessária articulação com os estados, haja vista sua função de contribuir na construção do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. Citou ainda que a necessária integração da gestão envolvendo as águas subterrâneas e superficiais é a grande meta a ser alcançada e o banco de dados unificado representa um passo importante para essa busca, facilitando no futuro, por exemplo, a realização do balanço hídrico integrado.

Além do banco de dados único, Fernando informou que um sistema de suporte à decisão será ofertado aos estados para embasar, por exemplo, o fornecimento de outorgas de águas subterrâneas – que em muitos estados representa a maioria das solicitações. Entretanto, para colocar em práticas estas ferramentas (banco de dados único e o sistema de suporte à decisão), há necessidade de inserir os dados no sistema. Para isso foram criadas algumas opções, como: (i) exportar os dados do ID-SIAGAS direto para o CNARH 40 com o auxílio de aplicativo desenvolvido pela ANA; (ii)

preencher a tabela disponibilizada por upload; (iii) digitar o dado diretamente na interface do sistema (previsto para ser liberado até o final de novembro de 2015).

O coordenador de desenvolvimento de sistema finalístico da STI, Cláudio Pereira, acrescentou informações sobre as duas metas anteriormente mencionadas, haja vista a estreita proximidade entre a tecnologia da informação e o preenchimento dos cadastros. Cláudio citou que há um esforço por parte da ANA para aperfeiçoar o CNARH, estando atualmente na 5ª versão desta evolução, que será disponibilizada ao sistema nacional em breve. Disse que esta nova versão, consolidada com contribuições da COCAD e COSUB, apresenta melhorias, como na parte geográfica, na possibilidade de impressão de cadastros e na geração de relatórios. Por fim, reforçou que a melhoria dos sistemas tem como objetivo ofertar aos estados tecnologias que se aproxime de suas demandas e que requeiram menos esforço de trabalho.

A **meta 1.3**, referente à **Contribuição para a Difusão do Conhecimento** (Relatório de Conjuntura), foi abordada pela especialista Marcela Ayub, que reconheceu que a qualidade dos dados repassados pelos estados, a partir do Progestão, apresentou evolução, além de uma maior agilidade no retorno de eventuais complementações solicitadas. Ressaltou que o objetivo do relatório do Conjuntura (versões anuais – informes, e versões quadrienais – relatórios plenos) é o de contribuir para o conhecimento dos recursos hídricos em escala nacional e que para atingi-lo é necessária uma ampla rede de parceria, envolvendo diversas organizações, como os órgãos gestores de recursos hídricos e de meio ambiente dos estados.

Já a **meta 1.4** sobre a **Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos** foi abordada por dois especialistas da ANA, Othon Fialho (foco na sala de situação) e Eduardo Boghossian (foco nas PCDs).

Othon descreveu que a meta busca a operação dos sistemas de prevenção a eventos críticos, caracterizada pelo funcionamento adequado dos equipamentos automáticos de coleta e transmissão de dados hidrológicos, bem como pela disponibilização de informações aos órgãos competentes, objetivando garantir a adequada operação das salas de situação nos estados e, dessa forma, contribuir para a implementação do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.

O especialista descreveu sucintamente os critérios para balizar as análises visando a certificação desta meta:

- Elaboração de manual operativo da Sala de Situação, com conteúdo mínimo compatível com o padrão fornecido pela ANA, no segundo período de certificação (Período 2);
- Produção de boletins diários, a partir do terceiro período de certificação (Períodos 3 a 5), em pelo menos 90% dos dias úteis, disponibilizados para os órgãos competentes do estado, bem como para a ANA, CENAD e CEMADEN, contendo informações claras e suficientes para a tomada de decisão, inclusive sobre envio e evolução de eventuais eventos críticos.

Para a avaliação do manual de operação das salas de situação são levados em conta requisitos mínimos e alguns adicionais, descritos em Informes encaminhados pela ANA.

Em relação à “Produção de boletins diários”, os estados devem apresentar um “Relatório de Consolidação dos Boletins Diários da Sala de Situação”, contendo: (i) o modelo do(s) boletim(ns) que foi(ram) produzido(s) no ano anterior, inclusive sobre eventuais eventos críticos ocorridos; (ii) a indicação da quantidade aproximada de cada boletim produzido; (iii) se houve ou não publicação em website e, em caso afirmativo, com a informação do endereço eletrônico; e (iv) os órgãos que receberam os referidos boletins.

Já Eduardo Boghossian fez um breve histórico sobre o avanço da instalação das redes de monitoramento hidrometeorológico (realizada pela ANA) e a implantação, por parte dos estados, das salas de situação. Disse que atualmente há cerca de 500 estações que fornecem dados *on line*. A ANA busca parcerias com os estados, sendo de sua responsabilidade o fornecimento dos equipamentos, das peças, o treinamento do quadro de pessoal e a manutenção preventiva. A contrapartida dos estados refere-se à manutenção corretiva.

Eduardo esclareceu sobre as características dos eventos hidrológicos críticos: as enchentes exigem respostas rápidas, enquanto as secas são gradativas, não havendo necessidade de tanta rapidez para respostas. Considerando os elevados custos dos aparelhos de PCDs utilizados principalmente para respostas rápidas – por volta de R\$50 mil cada unidade instalada – a ANA vem buscando alternativas para o monitoramento das secas, especialmente na região Nordeste. Uma alternativa menos onerosa que deverá ser colocada prática refere-se à disponibilização de aparelhos celulares com um aplicativo específico aos observadores de nível de régua para que eles enviem as cotas dos açudes, por exemplo, de forma ágil e com menores custos.

Disse ainda que a área técnica da ANA vai propor a criação de faixas para avaliar o desempenho das redes a fim de aprimorar o processo de pontuação (atualmente atingiu 80% recebe a pontuação máxima), levando em conta também a capacidade do estado de realizar a manutenção da rede com recursos próprios. Atualmente há estados que fazem a manutenção por meio da CPRM – contratada com recursos da ANA – e recebem a pontuação máxima. Este fato também deverá ser aprimorado.

Finalmente, Eduardo informou que problemas com fornecedores impediram o repasse de peças aos estados para a realização das manutenções corretivas, fato que está sendo superado a partir da contratação de outra empresa fornecedora. Desta forma, esse atraso será considerado nas avaliações para o alcance das metas para que os estados não sejam penalizados.

A especialista da ANA/COSER, Fernanda Laus, responsabilizou-se pela análise da **meta 1.5** relativa à **Atuação para Segurança de Barragens**. Inicialmente, Fernanda comentou que o tema se configura um desafio nacional, envolvendo os órgãos gestores, os licenciadores estaduais e a ANA, tendo em vista que a política de segurança de barragens é nova (apenas 5 anos) e não se encontra totalmente internalizada no país.

Fernanda alertou sobre a necessidade de regulamentar a lei no âmbito dos estados, porém buscando convergir vários aspectos, tendo em vista a padronização de procedimentos, envolvendo, por exemplo, os documentos necessários e os prazos associados, considerando um barramento localizado em rio de domínio dos estados ou da União.

Um fato que amplia a complexidade deste tema é que, segundo a lei, pode haver diferentes órgãos fiscalizadores dentro de um mesmo estado, fato que requer uma maior sinergia entre tais órgãos visando concatenar os diversos dados e informações. Para a fiscalização de barragens de usos múltiplos (com exceção de geração de energia), o responsável pela fiscalização é o outorgante; já para as barragens de resíduos industriais, o fiscalizador é o órgão responsável pela emissão das licenças ambientais (de instalação e operação). A fim de exemplificar esta questão, foi dito que há 14 órgãos legalmente responsáveis pela fiscalização da segurança das barragens nos nove estados presentes no seminário. No Brasil, segundo levantamentos realizados, há 44 no total.

Este fato requer um esforço de articulação dos órgãos gestores de recursos hídricos (responsáveis pela coordenação do Progestão) com as demais organizações responsáveis pela fiscalização, tendo em vista que para o alcance da meta será necessário o envio de todos os dados existentes nos estados.

A estratégia adotada no âmbito desta meta envolveu as seguintes buscas por período do Progestão:

- (a) Para barragens de usos múltiplos que não gerem energia elétrica:
 - Cadastrar os barramentos existentes no estado (Período 2);
 - Classificar quanto à categoria de risco as barragens grandes (Período 3);
 - Classificar quanto à categoria de risco todas as barragens (Período 4);
 - Classificar quanto ao DPA (Dano Potencial Associado) as barragens com categoria de risco médio ou alto (Período 4);
 - Emitir regulamentação do artigo 9º da Lei nº 12.334/2010, que trata das inspeções regulares (Período 4).
- (b) Para barragens de resíduos industriais:
 - Cadastrar as barragens.

Fernanda destacou que, conforme previsto em lei, também deverão ser regulamentados: (i) o Plano de Segurança de Barragem; (ii) a Revisão Periódica; (iii) o Plano de Ação de Emergência; e (iv) as Inspeções Regulares Especiais. A especialista sugeriu aos presentes buscar regulamentar todos os itens previstos em lei e não apenas aqueles exigidos no Progestão.

Os estados que ainda não licenciaram as barragens de resíduos industriais devem, também, acessar o sistema RM (a senha foi repassada aos estados) e inserir oficialmente a informação.

Também apresentou as responsabilidades dos órgãos fiscalizadores previstas em lei:

- Fiscalizar as questões relativas à segurança de barragens;
- Exigir ART/CREA dos documentos relativos à segurança de barragens;
- Exigir do empreendedor o cumprimento das recomendações dos documentos de segurança de barragens;
- Manter cadastro (base de dados) de barragens sob sua jurisdição;
- Estabelecer periodicidade de atualização, qualificação do responsável técnico, conteúdo mínimo e nível de detalhamento (em função do risco e do dano potencial associado): Planos de Segurança de Barragens; Planos de Ações Emergenciais; Relatórios de inspeções de barragens e Revisões periódicas de barragens.
- Informar imediatamente à ANA e à Defesa Civil qualquer não conformidade que implique risco imediato à segurança ou qualquer acidente ocorrido nas barragens sob sua jurisdição (art.16 § 1º).

A especialista disse aos presentes que, a partir dos dados que forem levantados no 1º ciclo do Progestão, pode-se chegar à construção de metas particularizada para os estados, levando em conta a capacidade institucional. Esta questão deverá ser aprofundada internamente e, caso considerada pertinente, aplicada no 2º ciclo do programa.

Por fim, Fernanda relatou que, em 2016, a ANA disponibilizará o Manual de Política e Práticas de Segurança de Barragens (direcionado para as instituições fiscalizadoras e para os empreendedores) e o Manual de Orientação para os Empreendedores (envolvendo a elaboração de projetos, a construção, a elaboração do plano de operação,

manutenção e instrumentalização de barragens).

Parte 3: as metas estaduais

O olhar dos órgãos gestores sobre as metas estaduais

A terceira etapa buscou focar os desafios e as formas de superação desenvolvidas para o alcance das metas estaduais, incluindo neste diálogo os representantes dos conselhos estaduais de recursos hídricos, responsáveis pela certificação do alcance de tais metas. A análise sobre as metas estaduais considerou sete questões centrais, descritas a seguir.

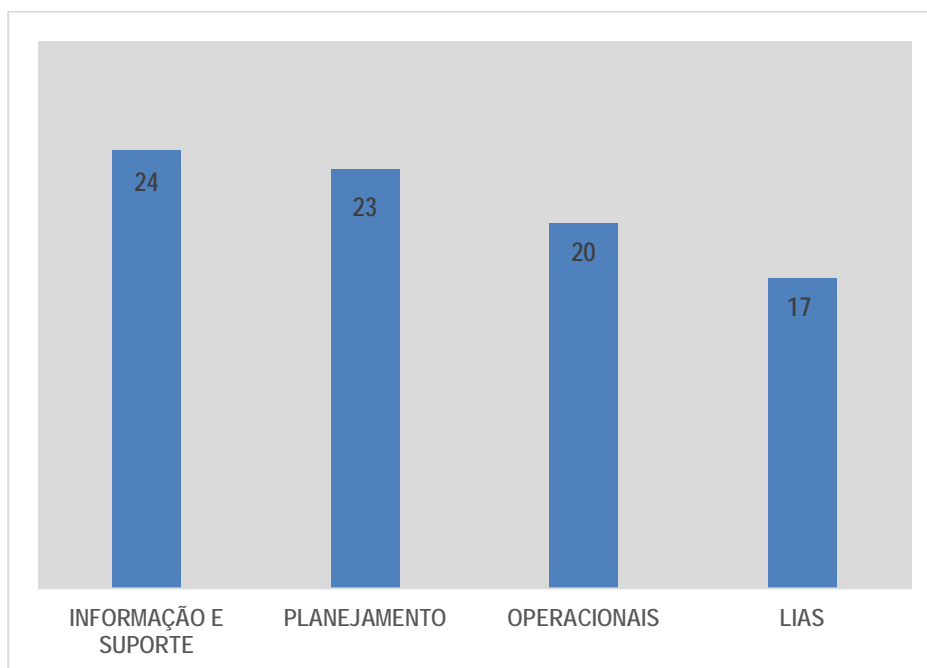
Questão 1: *Dentre os blocos das metas estaduais (Legais, institucionais e de articulação social (LIAS); Planejamento; Informação e Suporte e Operacionais) elencar, em ordem decrescente de intensidade, aquelas consideradas de maior desafio para alcance no seu estado, bem como as formas previstas para superação.*

As respostas de cada estado se encontra no Quadro 2 abaixo. Foram consideradas de maior desafio as metas elencadas na coluna 1 e de menor aquelas constantes da coluna 4. Já o Gráfico 2 apresenta o resultado das metas que se configuraram como maior desafio para alcance, considerando os pesos atrelados a cada coluna (variando de 4 na 1ª coluna a 1 na 4ª coluna).

Quadro 2: Intensidade dos desafios para desenvolvimento e alcance dos blocos de metas por estado.

ESTADOS	DESAFIOS			
	I	II	III	IV
Alagoas	LIAS	Operacionais	Informação e Suporte	Planejamento
Goiás	Planejamento	Operacionais	Informação e Suporte	LIAS
Mato Grosso	Operacionais	Planejamento	LIAS	Informação e Suporte
Paraíba	Informação e Suporte	Operacionais	Planejamento	LIAS
Paraná	Planejamento	Informação e Suporte		
Piauí	LIAS	Planejamento	Informação e Suporte	Operacionais
Rio de Janeiro	Informação e Suporte	Operacionais	Planejamento	LIAS
Rondônia	Informação e Suporte	Planejamento		
Sergipe	LIAS	Operacionais	Informação e Suporte	Planejamento

Gráfico 2: Intensidade dos desafios dos blocos das metas estaduais apontada pelo conjunto dos 9 estados.



Os desafios para o alcance das metas estaduais mais uma vez remetem à fragilidade financeira e de pessoal (obstáculo transversal a uma melhor efetividade de todo o Programa). Também foi apontada a dificuldade na efetivação de determinados instrumentos de gestão.

Alguns representantes consideram que a classificação pouco ousada das metas estaduais realizada à época pelo CERH colaborou para o alcance destas metas de forma menos trabalhosa, sendo a maior energia canalizada no alcance das metas de cooperação federativa. Entretanto, muitos percebem que este fato deve ser revisto para proporcionar uma maior busca no fortalecimento da gestão dos recursos hídricos nos estados.

As **formas de superação** frente aos desafios relacionados ao alcance das metas estaduais se encontram descritas abaixo, seguidas de algumas ponderações dos representantes dos estados.

-
- AL** LIAS: Concurso público, agência, atualização do marco legal, rever composição do CERH, calendário anual, capacitar conselheiros e membros dos comitês de bacias, incentivo aos órgãos públicos e criação de câmaras técnicas.
- Operacionais: Aumentar equipe responsável pela outorga e fiscalização, implementação de sistema de suporte a decisão para avaliação dos processos de outorgas, gestão do Canal do Sertão, manutenção de equipe da sala de situação, ampliar parceria com Defesa Civil.
- Informação e suporte: Criação da agência para gestão dos recursos hídricos, estruturação do PNQA/ QUALIÁGUA, ampliar parceria com IMA.
- Planejamento: Modelo digital de terreno (MDT), revisão de planos diretores de bacias hidrográficas, implementar PERH.

- GO** Planejamento: Plano Estadual foi concluído em outubro/2015. A questão a ser enfrentada agora é a elaboração dos Planos de Bacia em 5 bacias, onde existem CBHs instalados. Possibilidade de articulação com a ANA e uso de recursos do Progestão.
- Operacionais: Operacionalizar os instrumentos de gestão: sistema de outorga, outorga de efluentes, fiscalização e apoio aos CBHs. Estamos desenvolvendo um sistema de outorga adequado à gestão das águas, organização e definição dos procedimentos para a outorga de efluentes e contratação de apoio aos CBHs, visando seu fortalecimento e elaboração dos Planos de Bacia.

- MT** Operacionais: Instituir a cobrança, recriar o FEHIDRO, aprimorar a fiscalização através da capacitação e encontrar mecanismos para garantir a sustentabilidade do sistema de recursos hídricos.
-

Planejamento: Buscar recursos financeiros para aporte em variáveis que necessitam de grandes valores (planos, enquadramento, etc.).

LIAS: Articulação com outras entidades para a implementação de variáveis que não dependem diretamente da SEMA/MT (Comitês, Agências de bacia, etc.).

Informação e suporte: Aprimoramento das variáveis (atualizar base cartográfica, ampliar o monitoramento hidrológico de quantidade e qualidade, etc.).

PB Informação e suporte: Agilizar o processo de contratação de consultorias para o desenvolvimento das mesmas.
Operacionais: Agilizar o encaminhamento dos processos.
Planejamento: Melhorar a comunicação entre os atores envolvidos no processo.
LIAS: Agilizar o processo de encaminhamento das metas.

PI LIAS: Manter as reuniões mínimas do CERH. Publicar informes no site, publicação dos boletins.
Planejamento: Parar, sentar e pensar.
Informação e suporte: Conseguir recursos para desenvolvimento do setor.
Operacionais: Contratação de técnicos.

PR Planejamento: Planejamento Estratégico Institucional: Deficiência de conhecimento do corpo técnico nesse tema. Planos de Bacia aprovados. Há necessidade de contratação de pessoal para acompanhar a elaboração dos Planos.
Informação e suporte: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

RJ Informação e suporte: Sistema de informação.
Operacionais: Ampliação da parceria entre os entes que compõem o sistema estadual.
Planejamento: Implementação dos planos já elaborados.

RO Informação e suporte: Reavaliação da meta 3.2 de cadastro.
Planejamento: Reavaliação da meta 2.1 de balanço hídrico.

SE LIAS: Criação de um órgão gestor independente e com maior autonomia operacional.
Operacionais: Contratação de pessoal.
Informação e suporte: Consolidar a rede hidrometeorológica e de qualidade das águas, além de implantar o cadastro da Bacia Hidrográfica do rio Sergipe através do Programa Águas de Sergipe.
Planejamento: Implantação das ações previstas no Programa Águas de Sergipe.

O representante de Alagoas ponderou que à época da oficina de definição da tipologia, o CERH tinha pouco conhecimento sobre o Progestão, sendo definidas metas que demandaram um esforço considerável do órgão gestor durante o primeiro ciclo. Ressaltou a necessidade de rever marcos legais (bloco do LIAS), como por exemplo, o da outorga pelo uso da água, cuja resolução se baseou nos normativos de outro estado e, atualmente, requer aprimoramentos. Ressaltou também que o CERH vem passando por reestruturações, fato que o aproximou da gestão das águas e do Progestão no estado. Relatou a participação de representantes do Ministério Público no CERH, qualificando a discussão, especialmente quanto à necessidade de criação de comitês de bacia hidrográfica. Disse ainda que uma das estratégias utilizadas para tornar o CERH mais próximo da gestão, refere-se ao desenvolvimento de processos de capacitação.

O representante de Goiás comentou que o estado se encontra classificado na tipologia B, pois à época da definição havia a compreensão de que o enquadramento em outra tipologia (C, por exemplo) demandaria a criação de um órgão específico à frente da gestão de recursos hídricos, algo considerado de difícil alcance diante da realidade do estado. Entretanto, avalia que a tipologia C melhor representa a atual realidade do estado. Considera que o bloco relacionado ao Planejamento é o mais desafiador, especialmente no que tange à realização de planos de bacia, haja vista que no estado há cinco comitês de bacia instalados sem contar com este instrumento para nortear suas ações. O número de técnicos insuficientes frente à demanda foi resgatado para apontar que também o bloco da meta Operacional representa um grande desafio.

O bloco de metas Operacional se configura o maior desafio para o Mato Grosso, pois o alcance das metas requer, em alguns casos, decisões de fundo político, para além da instância gestora. A busca pela regulamentação da cobrança pelo uso da água (reivindicada pelos comitês de bacia) demanda a (re)criação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, tendo em vista que atualmente no estado, conforme já acenado, há apenas o Fundo Estadual de Meio Ambiente (este fato amplia o nível de competição entre ambas as áreas citadas). Foi dito que está em curso a revisão da Lei e este tema será contemplado. O bloco do Planejamento também se configura um desafio, pois as ações necessárias para o alcance destas metas requerem um alto volume de recursos diante da realidade do estado e do órgão gestor. Foram citados os planos de bacia como exemplo. Quanto às metas de Informação e Suporte, foi dito que o enquadramento do estado na tipologia B auxilia muito o alcance desta meta, embora, por outro lado, não sejam observados avanços. Para

um possível próximo ciclo do Progestão, a representante considera pertinente aprofundar a reflexão para uma nova classificação do estado (sugerindo a tipologia C).

A representante da Paraíba narrou que a superação dos desafios para o alcance das metas estaduais perpassa pela superação de problemas inerentes à gestão pública do estado, como a maior agilidade em diversos processos administrativos (aperfeiçoar a gestão por processos).

Já o representante do Paraná apontou que o planejamento estratégico institucional se configura um grande desafio, haja vista que o estado não possui a característica de planejar no médio/longo prazos (bloco do Planejamento). O acompanhamento dos planos de bacia, assim como a variável pesquisa, desenvolvimento e inovação se traduzem em desafio, dado, como demasiadamente citado ao longo das intervenções, o reduzido número de técnicos para fazer frente a variados afazeres.

Para o representante do Piauí a falta de pessoal e de tempo se configura um grande obstáculo para que o órgão gestor busque planejar suas ações para a melhoria do sistema estadual.

No Rio de Janeiro foi apontado que as dificuldades para o aprimoramento do sistema de informações de recursos hídricos se configuram em um grande entrave para o avanço da gestão estadual. Outro aspecto enfatizado é a necessidade de construir ações efetivas para que os planos de recursos hídricos construídos no estado sejam efetivados.

Para o representante de Sergipe, a classificação na tipologia B trouxe certa situação de conforto ao estado, algo que não satisfaz, pois metas ousadas levam à superação de desafios e ao fortalecimento da gestão no estado. Foi destacado que a criação de um órgão gestor independente é a grande busca para um salto de qualidade, tendo em vista que os instrumentos de gestão no estado encontram-se efetivados (bloco do LIAS).

Questão 2: Em sua opinião, os membros do CERH são suficientemente esclarecidos sobre os procedimentos do Programa, incluindo seu papel na certificação do alcance das metas estaduais?

AL	Não.
GO	Com a reestruturação do Conselho é necessário um novo processo de articulação e envolvimento dos membros do Conselho. Os membros que já participavam têm um bom envolvimento com a avaliação e acompanhamento do Programa.
MT	Sim.
PB	Desde o início do programa o CERH recebeu os esclarecimentos necessários para o devido acompanhamento no cumprimento das metas. O sucesso do Progestão na Paraíba dá-se pela cumplicidade do órgão gestor e o CERH na sua execução.
PI	Sempre que possível, tentamos marcar reuniões para tratar exclusivamente do Progestão, mas nem sempre temos obtido sucesso.
PR	Sim.
RJ	Sim.
RO	Ainda falta repasse de informações mais detalhada e uma capacitação sobre os procedimentos do Programa, detalhando qual é a tarefa do órgão gestor e do CRH/RO.
SE	De forma geral são esclarecidos, no entanto carecem de um maior interesse no acompanhamento sistemático das metas.

As representantes do Mato Grosso e Rio de Janeiro comentaram que há várias pautas em curso nos CERHs, fato que dificulta o aprofundamento do Progestão nestas instâncias. No estado do Mato Grosso é prevista uma reunião específica no mês de março para debater o programa; enquanto no Rio de Janeiro discute-se a possibilidade de reuniões por videoconferência, a fim de evitar grandes deslocamentos e maiores gastos para que as reuniões aconteçam.

Na Paraíba percebe-se uma qualificação nas discussões do CERH, sendo que atualmente é comum a presença de todos os conselheiros nas reuniões.

Infelizmente, segundo relatado, o mesmo não ocorre no Piauí que apresenta, por vezes, dificuldade de obter quórum para as reuniões.

Conclusão: *Praticamente todos os representantes acenaram que o envolvimento do CERH pode ser aperfeiçoado, seja por meio do repasse de mais informações, seja pela ampliação dos espaços nas reuniões para tratar sobre o Programa, ou na melhoria dos processos de acompanhamento das ações em torno da execução das metas para que a certificação ocorra com maior segurança.*

Questão 3: *Quais procedimentos o estado vem adotando para que o CERH tenha acesso a informações gerais sobre o Programa?*

-
- AL Foi criada uma Comissão para acompanhamento da execução das metas estaduais, como também da aplicação dos recursos do Progestão repassados pela ANA.
 - GO Apresentação constante dos dados e informações do Programa. Necessidades do sistema de gestão de recursos hídricos. Apresentação do planejamento e dos relatórios de atividade e avaliação da área.
 - MT Em cada período de certificação é feita uma apresentação aos conselheiros lembrando-os do papel do CERH no processo, bem como as diferentes metas a serem atendidas e, durante o ano, são informados do andamento do cumprimento das metas acordadas.
 - PB O Estado tem um calendário de reuniões com o CERH, além de contatos institucionais permanentes com membros do Conselho.
 - PI As informações sobre o programa são repassadas através das reuniões, o que não tem se mostrado efetivo, dado ao espaço entre as reuniões. Estamos providenciando para que todas as informações relevantes estejam disponíveis na página da SEMAR.
 - PR Informes nas reuniões do Conselho.
 - RJ Aprovação do relatório do Progestão. Acompanhamento dos projetos aprovados com esses recursos.
 - RO Encaminhamento de e-mails para todos os conselheiros, de todos os assuntos relacionados ao Progestão.
 - SE Através de reuniões ordinárias e extraordinárias, onde é apresentada a execução das ações e metas.
-

Foi dito pela representante do Rio de Janeiro que o envolvimento do CERHI na definição dos projetos a serem desenvolvidos por meio do Progestão e o acompanhamento por meio das Câmaras Técnicas têm se configurado um caminho pertinente, embora perceba que avanços podem ser estabelecidos, como na melhoria dos processos de comunicação.

O representante de Alagoas, por sua vez, mencionou que a citada Comissão se encontra paralisada, tendo em vista que um de seus principais componentes (representantes do Ministério Público) se encontra afastado das ações do CERH.

Conclusão: Assim como na resposta anterior, há a percepção que os métodos utilizados podem ser aperfeiçoados para que os conselheiros se apropriem do Programa de forma mais efetiva.

Questão 4: *Estes procedimentos vêm se mostrando adequados? Justifique.*

-
- AL Não. Existe certa dificuldade de programação de reunião do CERH, e quando essas ocorrem apresentam problemas de quórum.
 - GO Sim, mas precisa ser reforçado em função da reestruturação do Conselho. É necessário um maior envolvimento das instituições, dando maior visibilidade à gestão de forma geral.
 - MT Sim, visto que eles têm ciência das metas a serem atendidas e do andamento das mesmas. Desta forma podem certificar ou não o seu cumprimento.
 - PB Estão sendo aperfeiçoados em função do interesse do CERH na busca por informações. Consideramos um processo em evolução.
 - PI Não, no entanto, com a disponibilização das informações na página da SEMAR, acreditamos que a participação do CERH será mais efetiva.
 - PR Sim. Eventuais dúvidas são sanadas durante as reuniões do Conselho.
 - RJ Não adequados, mas suficientes. É importante melhorar o diálogo com o CERHI e a comunicação.
 - RO Ainda não são totalmente adequados, periodicamente deveriam reunir para terem um esclarecimento maior, mais detalhado sobre o andamento do Programa.
 - SE De forma geral SIM, todavia sugere-se uma maior publicidade do andamento das metas, talvez através de site específico na Internet.
-

O estado da Paraíba está preparando um informe do Progestão para os conselheiros, inspirado nos informes que a ANA produz e envia para os estados, na busca de melhorar o processo de comunicação.

O repasse de informes de forma mais intensa foi proposto pelos representantes do Paraná como algo necessário para o melhor acompanhamento dos conselheiros sobre as ações em torno das metas estaduais.

Rondônia pretende realizar uma oficina para os conselheiros, a fim de repassar o Progestão de forma pormenorizada e buscar um processo de nivelamento junto ao CERH.

Questão 5: *Em sua opinião, as metas estaduais classificadas como obrigatórias são apropriadas para sua tipologia de gestão? Há alguma sugestão de alteração?*

- AL** Não. Como já discutido em reuniões com o CERH, onde foi criada uma comissão de acompanhamento da execução do Progestão, a mesma propõe mudanças nas metas estaduais, embora existam conflitos com a tipologia (B) em que o Estado foi enquadrado. Por exemplo, tornar a variável 1.6 (Comitês de Bacias e Órgãos Colegiados) como sendo variável obrigatória e nível de exigência acima de 2.
- GO** As metas estaduais são adequadas e minimamente necessárias à tipologia e exigências da gestão de recursos hídricos. Outorga de efluentes é um complicador, pois depende da evolução dos instrumentos, além de não estar consolidada, e das dificuldades de articulação com a área ambiental.
- MT** Estão adequadas para a realidade do estado de complexidade de gestão média e estrutura institucional intermediária.
- PB** Para a tipologia sim, mas tem algumas metas estaduais que poderiam ser revistas, a exemplo do plano de comunicação, uma vez que no caso da Paraíba o órgão gestor possui um meio de comunicação próprio, e disponível a toda a sociedade.
- PI** Consideramos que são muitas as metas estaduais e com o reduzido corpo técnico fica difícil conferir a atenção merecida. Por isso, tentamos sempre cumprir metas definidas como prioritárias no âmbito da SEMAR.
- PR** Nas variáveis legais, institucionais e de articulação social, entendemos que deveria ser obrigatória a existência de alguns Comitês de Bacia.
- RJ** Deveriam ser alteradas diante da realidade de cada estado.
- RO** As metas são apropriadas, não ocorrendo sugestão de alteração.
- SE** Sim. Sem sugestões.

O estado do Rio de Janeiro reforçou a necessidade de “customizar” as metas considerando a realidade de cada estado. O representante de Rondônia considera que as metas estaduais acenam para o caminho que deve ser perseguido, dentro de uma lógica perspicaz, para o fortalecimento da gestão de recursos hídricos de domínio dos estados.

Questão 6: *Quais foram os principais avanços no alcance destas metas no estado? Justifique.*

- AL** Pode-se afirmar que os principais avanços obtidos dizem respeito ao atendimento das Metas Federativas, uma vez que estas se correlacionam com as Metas Estaduais e melhoram a gestão dos recursos hídricos.
Justificativa: Não houve evolução significativa no nível de atendimento das Metas Estaduais.
- GO** Sistema de Outorga (ISO 9001). Plano Estadual de Recursos Hídricos. Instalação e estruturação dos Comitês.
- MT** O Estado conseguiu manter as variáveis já atingidas anteriormente, porém não houve nenhum avanço em relação às mesmas. Falta de priorização da Política de Recursos Hídricos na esfera política.
Justificativa: Baixa previsão orçamentária / financeira para ampliação das variáveis estaduais. Equipe técnica hoje não suficiente para atender a demanda.
- PB** Criação de boletim diário de monitoramento hidroclimático.
Capacitação técnica em segurança de barragem e mobilização social.
A gestão dos recursos hídricos de forma integrada.
Cadastro de barragens estaduais.
Justificativa: Sem a obrigatoriedade do cumprimento das metas estaduais, o órgão gestor não teria a disponibilidade de realização destas ações.
- PI** Mudança e atualização na legislação, ainda que não suficiente, por meio de portarias e decretos.
- PR** O Paraná teve um avanço significativo no atendimento das variáveis de enquadramento e cobrança.
Justificativa: Metodologia de enquadramento mais detalhada e discussões públicas (imprensa e audiências). Quanto à cobrança, foi aprovada na última reunião do CERH/PR o Manual de aplicação dos recursos da cobrança, e ainda este ano, o COALIAR irá discutir o Edital de Chamamento.
- RJ** O PERHI na gestão do estado, mas o cumprimento dessa meta não dependeu do Progestão.
- RO** Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Base Cartográfica.
Justificativa: As reuniões periódicas do CRH/RO. A elaboração da base cartográfica do Estado de Rondônia, sob a

coordenação do Exército Brasileiro.

- SE** Os avanços foram significativos na área técnica, especialmente referente aos instrumentos de gestão e de planejamento do órgão gestor. Evidenciou a necessidade da criação do órgão gestor de recursos hídricos independente e estruturado.

Justificativa: Conclusão dos Planos das Bacias Hidrográficas Estaduais. Continuidade do monitoramento da rede hidrometeorológica e de qualidade das águas.

Questão 7: *Em sua opinião, o cumprimento de metas estaduais contribuiu para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no estado? Exemplifique.*

- AL** Sim. Contratação da equipe da sala de alerta para gestão e controle de eventos críticos.
Contratação da equipe para coordenação institucional do Progestão visando garantir a execução das metas, principalmente as de âmbito federativa, por exemplo, avaliação quanto aos aspectos de segurança de barragens cadastradas, conhecimento dos usuários de recursos hídricos no Estado através do CNARH.

- GO** As metas estaduais estão ligadas à execução das atribuições da gestão estadual, sistema e instrumentos, consequentemente, o cumprimento destas representa diretamente a evolução do Sistema Estadual.
Parte das ações acordadas / levantadas na etapa de articulação do Programa, mas que não foram incluídas como metas, não foram consolidadas ou realizadas.

Mudança no sistema de controle dos processos: de parte do "Sistema de Licenciamento Ambiental" para o Sistema de Outorga, adequado e com as informações e critérios necessários à gestão, em desenvolvimento.

Apoio à elaboração dos Planos de Recursos Hídricos nas Bacias.

Apoio à instalação e funcionamento dos Comitês.

- MT** Não houve avanço nas metas estaduais tendo em vista a necessidade de atendimento das metas federativas pela equipe reduzida e pela grande necessidade de investimento financeiro para ampliar as metas estaduais.

- PB** Com certeza, aumenta o universo de dados a ser monitorado, melhorando a gestão estadual de recursos hídricos.

Atualização e adequação do Sistema de Informação, que integrará diversas metas estaduais.

A efetivação da cobrança de água bruta.

A possibilidade de atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Atualização dos planos de bacias hidrográficas.

- PI** Sim, são de suma importância, as metas federativas são mais amplas enquanto que as metas estaduais retratam melhor a realidade do Estado quanto à gestão de recursos hídricos e no que se precisa avançar.

Atualização da legislação, maior integração dos organismos gestores e consultivos de recursos hídricos estaduais, divulgação de informações na página da SEMAR, implementação do cadastro de usuários de recursos hídricos.

- PR** Sim. Segurança de Barragens. Informações sobre águas subterrâneas. Dados de monitoramento de recursos hídricos.

- RJ** Contribuiu com a melhoria da transparência e o aumento do diálogo.

- RO** Sim contribuiu no que se refere:

A organização institucional do modelo de gestão.

As reuniões periódicas do CRH/RO.

A institucionalização de 5 comitês de bacia hidrográfica.

A capacitação setorial dos técnicos do órgão gestor e do sistema de gerenciamento de recursos hídricos.

A atualização da base cartográfica do Estado de Rondônia.

O uso sistemático do cadastro nacional de usuários de recursos hídricos.

A organização da sustentabilidade financeira do sistema de gestão no funcionamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

- SE** Sim. O Progestão contribuiu para uma maior inserção no planejamento do órgão gestor dos instrumentos técnicos e operacionais referentes à gestão dos recursos hídricos em Sergipe. Ficaram identificadas com maior clareza as fragilidades do Estado frente às necessidades inerentes à gestão dos recursos hídricos.

O olhar dos conselheiros sobre as metas estaduais

Findada a rodada de apresentações com o olhar dos órgãos gestores estaduais, os representantes dos Conselhos de Recursos Hídricos presentes apresentaram suas visões sobre o Progestão, considerando os trabalhos desenvolvidos e a experiência acumulada nesses primeiros anos da implantação do programa. As falas foram livres, sem roteiros prévios, e as questões centrais encontram-se pontuadas a seguir.

O representante do poder público (SECIMA) no CERH de Goiás, Ney Geraldo Borges, esclareceu que houve uma reforma administrativa no estado que levou à criação da figura do secretário executivo do Conselho, função que é por ele exercida. O fortalecimento desta instância decisória se configura no grande desafio e para esta busca se faz necessário tornar o colegiado coeso para que se amplie a solicitação de demandas que requerem análises e deliberações. Por fim, sugeriu que a ANA continue envolvendo os membros dos CERHs nos próximos encontros do Progestão.

A representante da sociedade civil (Universidade do Estado de Mato Grosso) no CERH de Mato Grosso, Fátima Aparecida da Silva Iocca, destacou sobre a importância da participação dos representantes dos CERHs, haja vista que a presença nas discussões aponta muitas novidades e fornece diversos elementos para reflexão. Mencionou que o CERH tem a atribuição de acompanhar a execução do Programa, mas grande parte dos membros não sabe como fazê-lo de modo efetivo. A conselheira apontou que os Conselhos devem assumir um protagonismo político, haja vista que esta instância deve representar a sociedade, influenciando nas tomadas de decisão do estado para o avanço da gestão de recursos hídricos, bem como junto à Assembleia Legislativa e Ministério Público. Acredita que o espaço para a participação da juventude deve ser ampliado, com vistas à formação de novos quadros e ainda à sua força e coragem para transformação. A conselheira entende que a ANA deveria apoiar a articulação entre os Conselhos, por meio da ampliação dos espaços de participação nos programas e projetos. Fez crítica aos CERHs por não realizarem comunicação social com vistas a aproximar esta instância da sociedade (que não faz ideia das atribuições e importância desses espaços). Neste sentido, propôs a elaboração de um plano de comunicação e difusão social. Em relação ao Progestão, sugere a ampliação de metas estaduais que demandem ações políticas dos CERHs junto aos órgãos gestores. Como exemplo, apontou a questão da segurança de barragens, que demanda técnicos especializados e a geração de informações. Assim, trouxe outra proposta: a de incentivar o estabelecimento de editais (induzidos) de pesquisa e inovação (como por exemplo, na temática de segurança de barragem).

O representante do CERH do estado da Paraíba, José Marinho de Lima, narrou que o CERH se reúne três vezes por ano. Aconselhou que o órgão gestor informe com maior detalhe o processo de análise e avaliação das metas de cooperação federativa e estaduais, haja vista a necessidade de uma maior compreensão sobre as notas alcançadas. Por fim, recomendou que o espaço de participação dos membros dos CERHs continue sendo oferecido nos encontros avaliativos.

O representante dos usuários (Federação das Indústrias do Paraná – FIEP) no CERH do Paraná, Adilson Luiz de Paula Souza, reconheceu a caminhada na gestão de recursos hídricos, entretanto, percebe que houve um retrocesso, haja vista os poucos avanços dos marcos legais, regulatórios e do fortalecimento institucional. Percebe o Progestão com uma ferramenta que uniformiza a avaliação da gestão dos recursos hídricos nos estados e que deve ter continuidade. Porém, aponta que o programa não deve se tornar uma espécie de “bengala”, haja vista a necessidade dos estados caminharem de forma autônoma (por si só) e assumirem a responsabilidade frente à gestão das águas. Acredita que a ANA deve ter ações políticas (junto aos governadores), caso contrário, a tendência é de piora do sistema. Ao refletir sobre o CERH, percebe que parte dos representantes desconhecem a realidade do estado, suas necessidades e carências, e acabam por exigir o alcance de metas não factíveis. Acredita que os procedimentos do CERH devem ser aperfeiçoados, pois atualmente são discutidos muitos temas em uma única reunião, fato que facilita o estabelecimento de análises superficiais (sem a devida profundidade - incluindo o Progestão).

O representante da sociedade civil (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) no CERH do Rio de Janeiro, José Paulo Azevedo, comenta que o estado, especialmente a capital, depende exclusivamente do rio Paraíba do Sul (de domínio da União), fato que levou ao fortalecimento dos instrumentos de gestão no estado. Aproveitando o espaço, trouxe informações sobre o mestrado profissional referente à gestão de recursos hídricos, como algo que pode colaborar com os estados que demandam profissionais especializados na área, haja vista algumas habilidades que se pretende desenvolver, tais como, trabalhar com SIG, ter visão holística, dentre outros temas. Em suma, narrou que o mestrado profissionalizante, aprovado pela ANA, pode se configurar como uma oportunidade aos estados para preencherem suas demandas com técnicos com a devida expertise na área. Informou que atualmente coordena a Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG) e que o CERH se reúne a cada dois meses. Entende que a falta de comunicação envolvendo o órgão gestor e o Conselho se configura um grande entrave e avalia ser necessário estabelecer/ampliar canais de comunicação junto à sociedade sobre as ações executadas pelo Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Em relação ao Progestão, considera a proposta inovadora, especialmente sobre a forma de envolver o Conselho. Destacou que o instrumento “Sistema de Informações em Recursos Hídricos” deve abranger todo o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e não apenas ficar restrito ao órgão gestor. Por fim, salientou que os estados devem aproveitar a capacidade das universidades para realizar estudos em recursos hídricos e que considera fundamental que a ANA busque reativar o CT-HIDRO.

O representante do CERH dos usuários (Eletronorte) em Rondônia, Celson do Nascimento Duarte, considera um avanço a participação dos membros dos CERHs no Seminário. Em relação ao Progestão, considera que o programa permite

obter uma visão mais holística da gestão dos recursos hídricos. Entende que a formação de parceria com os órgãos do estado para resolver os problemas apontados durante o seminário se faz necessária e que a realização de oficinas de acompanhamento do Progestão permite nivelar os conhecimentos e tornar o desenvolvimento do Programa mais efetivo.

O representante do poder público (SEAGRI) no CONERH de Sergipe, José Holanda Neto, resgatou a Resolução 512/2013 da ANA que atribui aos Conselhos a anuência e a aprovação do quadro de metas do Progestão e o acompanhamento de seu cumprimento, fato que considera de grande responsabilidade para o colegiado, mas que, em sua opinião, passa despercebida por muitos de seus membros. Apresentou um breve histórico da atuação do CONERH no âmbito do Progestão, desde a adesão do estado, em dezembro de 2013, destacando que o Conselho levou em conta um plano de investimentos elaborado pelos três comitês de bacia existentes no estado para a definição da tipologia, que inicialmente foi classificada em C. Entretanto, a partir de novas informações fornecidas pela ANA e o melhor entendimento sobre o Progestão, houve novas discussões que acarretaram na alteração da tipologia, reclassificando-a para B. Um fato marcante para essa nova classificação foi a necessidade do estado atender todas as variáveis acenadas na tipologia no primeiro ciclo do programa. Além disso, o estado aguarda os resultados de alguns estudos, desenvolvido pelo Programa Águas de Sergipe, que se configuram centrais para atender a essa exigência do Progestão. Em linhas gerais, apresentou considerações sobre o Progestão construídas por meio de diálogos envolvendo representantes do Conselho e do órgão gestor, sendo estas: o programa aproxima a ANA e o órgão gestor, amplia vínculos a partir do conhecimento institucional, viabiliza recursos financeiros com flexibilidade do ponto de vista de aplicação e fortalece a atuação dos Conselhos (no caso de Sergipe fortaleceu a atuação dos Comitês de Bacia). Disse que o fato das pautas serem encaminhadas conjuntamente com as convocações das reuniões acarreta pouco tempo de análise das matérias, fato que diminui a possibilidade de uma contribuição mais efetiva. Apontou à ANA que o foco da análise do CONERH de Sergipe no âmbito do Progestão deve ser o processo para o alcance das metas e não a prestação de contas. Entende que a contratação de técnicos e estagiários se faz necessária para a execução das ações visando o cumprimento das metas do Progestão, haja vista a deficiência no atual quadro de pessoal do órgão gestor do estado. Disse ainda que os comitês de bacia, infelizmente, não têm demonstrado postura proativa para a execução do Programa, especialmente no que tange à aplicação dos recursos. Por fim, sugeriu a promoção de ações que levem informações sobre o programa aos entes do sistema estadual de recursos hídricos.

Por fim, conforme abordado a seguir, a última etapa buscou resgatar, ampliar e aprofundar as contribuições dos estados para o aperfeiçoamento do Programa considerando sua continuidade, tendo sido realizada uma dinâmica com vistas a hierarquizar tais propostas, a partir dos olhares dos representantes estaduais presentes.

Parte 4: Contribuições dos estados considerando a continuidade do Programa

As contribuições dos estados para uma possível continuidade do Progestão, foram baseadas nas respostas para a última questão norteadora enviada, bem como nas propostas que foram apresentadas durante os diálogos desenvolvidos no Seminário.

Questão: *Seu Estado traz alguma proposta/sugestão para uma possível renovação do contrato do Progestão?*

AL A amplificação de Metas Federativas, uma vez que estas são acompanhadas de perto pela ANA, ajudaria o Estado na melhoria da gestão dos recursos hídricos.

Em função das dificuldades financeiras, o Estado não viabiliza a execução de concurso público, não aprova a criação da agência gestora de recursos hídricos e devido à deficiência de pessoal qualificado para execução dos objetivos das metas federativas e estaduais, a renovação do contrato do Progestão é de suma importância para garantir a continuidade do atendimento das metas federativas, como também da avaliação das variáveis constantes nas metas estaduais.

GO Discussão e articulação das metas Federativas a serem cumpridas.

Articulação e exemplificar formas e resultados da aplicação.

Articulação e efetivação de ações que beneficiem o Sistema como um todo (estaduais e nacional).

Efetivação do Programa de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Fortalecimento e ampliação dos Componentes de Capacitação e Difusão de Informações.

Interação do corpo jurídico da ANA com os dos Estados (curso de integração / capacitação de jurídicos).

MT	Estabelecer maior equilíbrio entre as metas federativas e estaduais, considerando as limitações dos Estados.
PB	O Estado da Paraíba está na região do semiárido com diferenças consideráveis de estados hidrológicos e climatológicos. A gestão dos seus recursos hídricos é por natureza muito complexa o que exige do órgão gestor a difícil missão de estar atualizado suas informações que são a base para uma boa gestão. O Progestão deve ser permanente, o mesmo une no organograma do sistema de gestão, os entes em âmbito federal e estadual, dando ao órgão gestor as condições de promover o gerenciamento eficiente das águas do Estado da Paraíba.
PI	A SEMAR entende que as linhas de atuação do programa quanto à contratação de técnicos especialistas, capacitação, compra de equipamentos, implementação de políticas de gestão de recursos hídricos atende às necessidades do Estado.
PR	Estabelecer metas que incentivem a renovação dos quadros técnicos dos órgãos gestores.
RJ	Sim. Elaborar programa mais adequado aos desafios institucionais de cada estado, devendo as metas ser acordadas entre estado ANA e CERHI-RJ de acordo com a realidade local. Menos metas, mais audaciosas e objetivas. Sistema de verificação menos burocrático.
RO	O Progestão – considerado como um programa estruturante – possibilita aos Estados o ordenamento, padronização e gestão dos recursos hídricos de modo uniforme pelos entes federativos. No entanto, atualmente, as diversidades climáticas, físicas e socioeconômicas levam a um diferencial entre eles muitas vezes bem evidente, no tocante a gestão de recursos hídricos, pois existem aqueles que utilizam metodologias adequadas e definidas na gestão; por outro lado aqueles não estruturados no sentido de gestão e que não detêm metodologias e controle das informações referentes à gestão do Estado, necessitam de um tempo diferenciado para chegar ao estado ótimo. Portanto a continuidade do Programa levará a uma consolidação, dos que apresentam gestão estruturada, e de uma evolução nos que estão em fase de estruturação e adequações; o que é de suma importância para cumprir com os objetivos a que se propõe o Programa.
SE	Necessidade de inserir metas administrativas e financeiras em relação ao gasto adequado dos recursos repassados pela ANA.

O conjunto de propostas apresentadas durante o Seminário foi sintetizado a seguir.

- Incentivar a troca de experiências entre os estados.
- Realizar mais reuniões, oficinas, videoconferências para melhor acompanhamento e ajuste da execução das metas.
- Melhorar a redação dos Informes.
- Antecipar a publicação dos Informes para alcance das metas (1º trimestre).
- Aumentar o valor das parcelas do Progestão.
- Necessidade de gestões junto aos setores administrativos, jurídicos e financeiros dos estados para melhor entendimento da natureza dos recursos do Progestão com vistas a aumentar o percentual de desembolso.
- Buscar articulação com outras secretarias estaduais que possuem alguma relação com o alcance de determinadas metas.
- Buscar maior aprofundamento das informações técnicas do Progestão pelos membros dos Conselhos, bem como maior envolvimento dos mesmos no processo de acompanhamento e aprovação das metas.
- Reduzir o número de metas do Programa. Maior equilíbrio entre as metas de cooperação federativa e as estaduais.
- Considerar aspectos particulares/regionais dos estados na definição de metas.
- Metas mais desafiantes e objetivas.
- Dar continuidade/prorrogar o Programa.
- Incluir meta que considere o percentual de aplicação dos recursos do Programa no estado.

Considerando esse conjunto de elementos, foi realizado um breve nivelamento e aprofundamento das propostas, e aplicada uma “ferramenta” denominada “**eleição de prioridade**” para hierarquizar as propostas de acordo com seu valor e importância. Esse exercício propiciou a retirada de algumas propostas (consideradas pouco plausíveis) e a adaptação de outras, consideradas correlatas.

Cada representante estadual recebeu três cédulas com pesos diferenciados: uma verde (peso 3), uma amarela (peso 2) e uma vermelha (peso 1). Estas cédulas foram utilizadas para pontuar e classificar a ordem de importância dos programas previamente selecionados. Esta metodologia permitiu que os participantes saíssem de uma concepção estadual para uma percepção mais ampla de análise das propostas de aperfeiçoamento do Progestão. O quadro abaixo apresenta o resultado desta dinâmica. Ressalta-se que houve empate na pontuação de algumas propostas.



Cenas da eleição de prioridades

Quadro 3: Resultado das propostas de aperfeiçoamento do Programa eleitas no Seminário.

Nº	PROPOSTAS	PONTOS
1	Dar continuidade / prorrogar o Programa	24
2	Aumentar o valor das parcelas do Progestão	15
3	Considerar aspectos particulares/regionais/estaduais na definição das metas	14
4	Estabelecer maior equilíbrio entre as metas federativas e as estaduais, considerando as limitações dos estados	8
5	Estabelecer metas que incentivem a ampliação dos quadros técnicos os órgãos gestores	8
6	Incluir metas de consistência dos dados de outorga e águas subterrâneas	7
7	Maior detalhamento dos critérios de avaliação das metas federativas na assinatura do contrato para o próximo ciclo	6
8	Definir programa de capacitação como variável obrigatória para todas as tipologias	6
9	Buscar articulação com outras secretarias estaduais que possuem alguma relação com o alcance de determinadas metas	5
10	Realizar mais reuniões, oficinas, videoconferências para o melhor acompanhamento e ajuste da execução das metas	4
11	Buscar maior aprofundamento das informações técnicas do Progestão pelos membros dos conselhos, bem como maior envolvimento dos mesmos no processo de acompanhamento e aprovação das metas	4
12	Ampliação das metas federativas uma vez que estas são acompanhadas de perto pela ANA, ajudaria o estado na melhoria da gestão de recursos hídricos	3
13	Rever o nível de exigência das variáveis estaduais	3
14	Discussão e aprovação das metas federativas a serem cumpridas	3
15	Sistema de verificação menos burocrático	2
16	Articulação e exemplificar formas e resultados da aplicação	2
17	Incluir meta de percentual de desembolso dos recursos repassados	2
18	Rever a redação de algumas variáveis estaduais	2
19	Incentivar a troca de experiência entre os estados	2
20	Melhorar a redação dos informes	1
21	Antecipar a publicação dos informes para o alcance das metas (1º trimestre)	1
22	Necessidade de gestão junto aos setores administrativos, jurídicos e financeiros dos estados para melhor entendimento da natureza dos recursos do Progestão com vistas a aumentar o percentual do desembolso	1
23	Menos metas, mais audaciosas e objetivas	0

Foi sugerido ainda que os resultados do Seminário sejam disponibilizados aos governadores de estado, juntamente com o Relatório da OCDE, publicação recentemente lançada e que traz informações aprofundadas sobre o SINGREH. Desta forma, busca-se ampliar os canais de diálogo e ampliar o envolvimento político em torno do fortalecimento da gestão de recursos hídricos junto aos estados.

IV. Público presente

Conforme lista de presença anexa, o evento contou com a participação de, aproximadamente, 56 pessoas, no primeiro dia, e 46 no segundo, dentre os quais gestores estaduais e conselheiros de recursos hídricos, especialistas da Agência Nacional de Águas, além de representantes de outros órgãos públicos, como a SRHU/MMA e o IPEA.

V. Avaliação do evento pelos participantes

Dos participantes, **26** responderam o questionário de avaliação, conforme síntese a seguir.

Pergunta 1 – Avaliação Geral sobre o Evento

17 participantes afirmaram que o evento atendeu as expectativas, enquanto outros nove apontaram que suas expectativas foram superadas. 25 avaliaram que o Seminário cumpriu plenamente os objetivos traçados, sendo que um não respondeu à indagação.

Pergunta 2 – Aspectos positivos levantados

- Troca de informações entre Estados e a ANA, bem como troca de informações entre os Estados.
- Integração e participação dos Conselheiros no evento.
- Conhecimento da realidade dos demais estados quanto ao atendimento das metas do Progestão.
- Fortalecimento do Programa Progestão.
- Ótima participação do grupo e dos técnicos da ANA e da moderação.
- Cumprimento do horário e foco dos palestrantes.
- O diálogo entre os estados e a possibilidade de conversa com os técnicos das diversas áreas da ANA, possibilitando a solução de dúvidas referente às metas a serem cumpridas.
- A equipe da ANA soube conduzir os trabalhos, oportunizando e valorizando todas as demandas dos estados.

Pergunta 3 – Aspectos negativos levantados

- Algumas apresentações estavam fora do contexto e pouco objetivas.
- Ausência de acesso à internet na sala do evento.
- Pouco retorno da ANA sobre os levantamentos apontados durante a reunião.
- Faltou uma apresentação da ANA com uma relação das ações dos estados.
- Falta de orientações sobre restaurante e tempo curto para intervalo e almoço.
- Falta de fechamento das principais propostas de aperfeiçoamento.
- Falta de avaliação da ANA acerca das apresentações realizadas pelos Estados.
- Falta de participação de outros Estados.
- Ausência dos secretários de Estado.

Pergunta 4 – Os objetivos do evento foram alcançados?

25 responderam que foi plenamente alcançado. Um não respondeu.

Pergunta 5 – Como soube do evento?

23 afirmaram ter tomado conhecimento do evento por meio do convite da ANA. Dois responderam que ficaram sabendo por meio do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e um por intermédio do Órgão Gestor Estadual.

Pergunta 6 – Avaliação quanto ao moderador

23 consideraram o moderador ótimo. Dois consideraram como bom e, um o considerou regular.

Quanto ao evento em si:Organização

Graduação	Quantidade
Ótimo	22
Bom	4
Satisfatório	0
Regular	0
Total	26

Local

Graduação	Quantidade
Ótimo	23
Bom	3
Satisfatório	0
Regular	0
Total	26

Data

Graduação	Quantidade
Ótimo	17
Bom	9
Satisfatório	0
Regular	0
Total	26

Palestras

Graduação	Quantidade
Ótimo	16
Bom	10
Satisfatório	0
Regular	0
Total	26

Dinâmicas

<u>Graduação</u>	<u>Quantidade</u>
Ótimo	20
Bom	18
Satisfatório	0
Regular	4
Total	42

Sugestões para os próximos eventos

- Ampliar o local, com mais tempo para as discussões.
- Trabalhar metas indicadoras (variáveis).
- Convidar os secretários de estado para o evento.
- Participação dos membros dos CERH nos outros eventos.
- Realização de Seminários anuais.
- Agendar o evento para o início ou fim da semana.

VI. Anexo

Anexo apresenta-se a lista de presença dos participantes do Seminário, em seus dois dias de realização.

LISTA DE PRESENÇA

Nº	Estado	Nome:	Cargo:	Nome da Instituição:	Telefone ()	E-mail	Assinatura 17/11/2015	Assinatura 18/11/2015	
1	Distrito Federal	Adriana Lustosa	Diretora de Recursos Hídricos Substituta	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente - SRHU/MMA	(61) 2028-2085	adriana.lustosa@mma.gov.br			ok
2	Distrito Federal	Agustin Trigo	Especialista em Geoprocessamento	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5518	agustin.trigo@ana.gov.br			ok
3	Distrito Federal	Alan Vaz Lopes	Superintendente Adjunto de Fiscalização	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5478	vazlopes@ana.gov.br			
4	Distrito Federal	Brandina de Amorim	Especialista em Recursos Hídricos	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5233	brandina.amorim@ana.gov.br			ok
5	Distrito Federal	Carlos Motta Nunes	Superintendente-Adjunto	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5361	carlos.motta@ana.gov.br			ok
6	Distrito Federal	Diana Wahrendorff Engel	Especialista em Recursos Hídricos	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5546	diana_engel@ana.gov.br			ok
7	Distrito Federal	Eduardo Boghossian	Engenheiro Eletrônico	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 8123-9659	eduardo.boghossian@ana.gov.br			ok

Nº	Estado	Nome:	Cargo:	Nome da Instituição:	Telefone ()	E-mail	Assinatura 17/11/2015	Assinatura 18/11/2015	
8	Distrito Federal	Elmar Andrade de Castro	Especialista em Recursos Hídricos	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5563	elmar.castro@ana.gov.br			
9	Distrito Federal	Fernanda Laus	Especialista em recursos hídricos	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5389	fernanda.aquino@ana.gov.br			
10	Distrito Federal	Fernando Oliveira	Coordenador de Águas Subterrâneas	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 9179-1606	fernando@ana.gov.br			
11	Distrito Federal	Flávia Simões Ferreira Rodrigues	Especialista em recursos hídricos	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5122	flavia.rodrigues@ana.gov.br			ok
12	Distrito Federal	Gaetan S. J. Dubois	Especialista em Recursos Hídricos	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-55614	gaetan.dubois@ana.gov.br			ok
13	Distrito Federal	Iracema Aparecida Siqueira Freitas	Especialista em Recursos Hídricos	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5626	iracema.freitas@ana.gov.br			
14	Distrito Federal	José Luiz Gomes Zoby	Especialista em Recursos Hídricos	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5336	jlzoby@ana.gov.br			ok

Nº	Estado	Nome:	Cargo:	Nome da Instituição:	Telefone ()	E-mail	Assinatura 17/11/2015	Assinatura 18/11/2015	
15	Distrito Federal	Leticia Lemos de Moraes	Especialista em recursos hídricos	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5465	leticia.moraes@ana.gov.br			OK
16	Distrito Federal	Ludmila Alves Rodrigues	Coordenadora da COAPP	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5326	ludmila.rodrigues@ana.gov.br			OK
17	Distrito Federal	Luís Gustavo Miranda Mello	Especialista em Recursos Hídricos	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5327	luismello@ana.gov.br			OK
18	Distrito Federal	Marcela Ayub Brasil	Especialista em Recursos Hídricos	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5531	marcela.brasil@ana.gov.br			
19	Distrito Federal	Márcia Tereza Pantoja Gaspar	Especialista em Recursos Hídricos	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5300	marcia.gaspar@ana.gov.br			
20	Distrito Federal	Mariana Lirio	Especialista em recursos hídricos	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 9994-6289	mariana.lirio@ana.gov.br			
21	Distrito Federal	Mauricio Pontes Monteiro	Especialista em recursos hídricos	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5131	mpontes@ana.gov.br			OK

Nº	Estado	Nome:	Cargo:	Nome da Instituição:	Telefone ()	E-mail	Assinatura 17/11/2015	Assinatura 18/11/2015	
22	Distrito Federal	Mirela Garaventa	Analista Ambiental	Ministério do Meio Ambiente	(61) 9696-4711	mirela.garaventa@mma.gov.br			OK
23	Distrito Federal	Osman Silva	Assessor SAS	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5438	osman.silva@ana.gov.br			
24	Distrito Federal	Paulo Augusto Cunha Libanio	Coordenador da Diretoria AG	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5162	paulo.libanio@ana.gov.br			
25	Distrito Federal	Paulo Spolidorio	Especialista em Recursos Hídricos	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5336	paulo.spolidorio@ana.gov.br			OK
26	Distrito Federal	Raquel Scalia Alves Ferreira	Especialista em Recursos Hídricos	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 8441-0842	raquel.ferreira@ana.gov.br			OK
27	Distrito Federal	Tânia Regina Dias da Silva	Técnico	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5319	taniadias@ana.gov.br			
28	Distrito Federal	Volney Zanardi	Coordenador da Área de Administração	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5494	volney.zanardi@ana.gov.br			

Nº	Estado	Nome:	Cargo:	Nome da Instituição:	Telefone ()	E-mail	Assinatura 17/11/2015	Assinatura 18/11/2015	
29	Alagoas	Davyd Henrique Faria Vidal	Consultor do Progestão	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH - AL	(82) 99800-9171	davyd.faria@gmail.com			OK
30	Alagoas	Gustavo Silva de Carvalho	Superintendente de Recursos Hídricos	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos CERH/SEMARH - AL	(82) 8833-9343	gustavocarvalho@hotmail.com			OK
31	Alagoas	Wilton José Silva da Rocha	Coordenador do Progestão	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH - AL	(82) 99658-6085	wjsrocha@hotmail.com			OK
32	Goias	Marcos Aurélio Gomes Antunes	Analista Ambiental	Secretaria de Estado e Meio Ambiente, Recursos Hídricos Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos- SECIMA	(62) 8244-1977	marcosaureliogantunes@gmail.com			
33	Goias	João Ricardo Raiser	Gerente de Planejamento e Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos	Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA	(62) 81011112 / 32651352	irrqestor@gmail.com			OK
34	Goias	Ney Geraldo Borges	Secretário Executivo	Conselho Estadual de Recursos Hídricos - GO	(62) 3201-5195 / 92844442	ney-gb@secima.go.gov.br; neyborges@uol.com.br			OK
35	Mato Grosso	Fátima Aparecida da Silva Iocca	Assessora de Pós Graduação	Universidade do Estado de Mato Grosso	(66) 8439-1833 / (65) 3221-0046	iocca@unemat.br			OK

Nº	Estado	Nome:	Cargo:	Nome da Instituição:	Telefone ()	E-mail	Assinatura 17/11/2015	Assinatura 18/11/2015	
36	Mato Grosso	Lorena Moreira Nicochelli	Analista de Meio Ambiente	Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MT	(65) 9920-8858	lorenanicochelli@sema.mt.gov.br			OK
37	Mato Grosso	Sibelle Christine Glaser Jakobi	Analista de Meio Ambiente	Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MT	(65) 8114-8258	sibellejakobi@sema.mt.gov.br			OK
38	Paraiba	João Fernandes da Silva	Diretor Presidente	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA	(83) 3225-5640 / 98848-5774	joaofernandes@aesa.pb.gov.br			OK
39	Paraiba	José Marinho de Lima	Membro Titular	Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba	(83) 3224-0390 / 99995-6965	jomaljml@oi.com.br			OK
40	Paraiba	Lovania Maria Werlang	Coordenadora do PROGESTÃO	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA	(83) 98654-7101	lovania@aesa.pb.gov.br			OK
41	Paraná	Adilson Luiz de Paula Souza	Coordenador Técnico de Negócios	FIEP - Federação das Indústrias do Paraná	(41) 9222-8244	adilson.souza@pr.senai.br			OK
42	Paraná	Eneas Souza Machado	Gerente do Comitê das Bacias do Alto Iguazu e Afl. do Alto Ribeira	AGUASPARANÁ - Instituto das Águas do Paraná	(41) 9984-0808	eneasmachado@aguasparana.pr.gov.br			OK

Nº	Estado	Nome:	Cargo:	Nome da Instituição:	Telefone (____)	E-mail	Assinatura 17/11/2015	Assinatura 18/11/2015	
43	Paraná	Jaqueline Dorneles de Souza	Chefe Depto DSIG	AGUASPARANÁ - Instituto das Águas do Paraná	(41) 3213-4791	jaquelinesouza@aguasparana.pr.gov.br			OK
44	Piauí	Edson Falcão Lima	Membro do Conselho Estadual Do Piauí	CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí	(86) 99987-2899	sonfalcao@gmail.com			
45	Piauí	Manoel Felipe Rego Brandão	Diretor de Recursos Hídricos	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR - PI	(86) 99403-8880	mfrbr77@gmail.com			
46	Piauí	Pedro Benjamin Carreiro Lima Monteiro	Engenheiro Civil	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR - PI	(86) 98823-5455	pedro_carreiro@semar.pi.gov.br			OK
47	Rio de Janeiro	Flávio Antonio Simões	Assessor Diretoria	Instituto Estadual do Ambiente - INEA	(21) 2334-9597	flaviosimoes.inea@gmail.com			OK
48	Rio de Janeiro	José Paulo Azevedo	Professor e Coordenador da CTIG	Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro	(21) 2267-8555	azevedo@poli.ufrj.br			OK
49	Rio de Janeiro	Lívia Soalheiro e Romano	Gerente	Instituto Estadual do Ambiente - INEA	(21) 997930-0123	liviasoalheiro@gmail.com			OK

Nº	Estado	Nome:	Cargo:	Nome da Instituição:	Telefone (____)	E-mail	Assinatura 17/11/2015	Assinatura 18/11/2015	
50	Rondônia	Celson do Nascimento Duarte	Coordenador do Meio Ambiente	ELETRONORTE	(69) 3219-8108/69-9257-8812	celson.nascimento@eln.gov.br			OK
51	Rondônia	Fábio Adriano Monteiro Saraiva	Gerente de Meteorologia e Clima	Secretaria de Estado do desenvolvimento Ambiental-SEDAM	(69) 9955-4229	fabioadriano.saraiva@gmail.com			OK
52	Rondônia	José Trajano dos Santos	Coordenador	Secretaria de Estado do desenvolvimento Ambiental-SEDAM	(69) 3216-7229 - 69/8112-4388	jose.traiano@sedam.ro.gov.br;traiano1952@yahoo.com.br			OK
53	Sergipe	Ailton Francisco da Rocha	Superintendente	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH/SRH	(79) 8819-7713	ailton.rocha@semarh.se.gov.br			OK
54	Sergipe	José Holanda Neto	Assessor Técnico em Planejamento	Secretaria de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca - SEAGRI	(79) 3179-4514/99892.2717	jose.holandaneto@seagri.se.gov.br			OK
55	Sergipe	Pedro de Araújo Lessa	Diretor	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH/SRH	(79) 8835-3141	pedro.lessa@semarh.se.gov.br			OK

Nº	Estado	Nome:	Cargo:	Nome da Instituição:	Telefone ()	E-mail	Assinatura 17/11/2015	Assinatura 18/11/2015	
	AL	Maurício José Pedro Malta	Consultor do projeto	SEMA	(61) 32011520 (82) 99341707	MJP.MALTA@YAHOO.COM.BR			OK
	DF	VICTOR SUCUPIRA		ANA	(61)				
	DF	Cristiana Pereira	Especialista em recursos hídricos	ANA	21095259	cristiana.pereira@ana.gov.br			
	GO	marcos broncisco carol	Gestor	SECIMA	(62) 32011520 0617 7133	mcolbrl.jatai@gmail.com			OK
		Adriana Moura	coordenadora do IPEA	IPEA	8432 1365	adriana.moura@ipea.gov.br			OK
	DF	Erika Hesse	Especialista Re. Hídricos	ANA	(61) 81278482	erika.hesse@ana.gov.br			OK
	DF	Othson Oliveira	Especialista em Recursos Hídricos	ANA	(61) 21095269	othson.oliveira@ana.gov.br			

DF Cláudio Pinheiro Esp. Re. hid ANA 2109 5117 claudio.pinheiro@ana.gov.br